

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CONTRAPOSIÇÃO DE DUAS ABORDAGENS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO
CHINÊS NO PERÍODO PÓS-REFORMAS**

Raphael Pinto Fernandes

Matrícula nº: 113022795

Orientador: Ana Cristina Reif

Janeiro 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**CONTRAPOSIÇÃO DE DUAS ABORDAGENS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO
CHINÊS NO PERÍODO PÓS-REFORMAS**

Raphael Pinto Fernandes

Matrícula nº: 113022795

Orientador: Ana Cristina Reif

Janeiro 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

“Se todos os economistas fossem postos lado a lado, nunca chegariam a uma conclusão.”

George Bernard Shaw

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram não apenas para a elaboração e conclusão deste trabalho, mas pela conclusão desta etapa de minha vida acadêmica.

Devo dizer que sou eternamente grato aos meus pais, Lúcia e Ronan por tudo que fizeram por mim. Não apenas pela oportunidade que me foi dada, mas também por seu apoio incondicional, carinho e incentivos, que permitiram que eu chegasse até aqui. Também devo agradecer aos meus irmãos, Renan e Vinícius, meus avós, padrinhos e tios, que sempre me apoiaram e se colocaram à disposição para me auxiliar nos momentos que precisei.

Além disso, cabe um grande agradecimento aos meus amigos de longa data, que entenderam a importância deste trabalho e de minha preparação para o mestrado, perdendo a minha ausência em diversos momentos. Aos amigos que fiz na faculdade, e que certamente levarei para a vida toda, agradeço pelo convívio diário, pela ajuda, pela torcida, pelo abrigo e pelos conselhos. Em especial, à Laura, Marcus, Bernardo e Lia, agradeço por todo apoio – emocional e didático – neste último ano em que prestei o exame ANPEC. A Marcelo, por ser meu amparo e tranquilizador, por me apoiar, e por me incentivar a buscar sempre meu melhor.

Cabe também um agradecimento a todos os professores e profissionais que passaram por minha vida acadêmica. Sem o esforço, compreensão e auxílio de cada um, certamente não estaria aqui hoje. Em especial, gostaria de agradecer a professora Ana Cristina Reif por todo carinho e empatia neste ano tão difícil, por ter comemorado e vibrado cada vitória, por ter entendido cada angústia. Além disso, sou grato por toda sua dedicação e auxílio no desenvolvimento deste trabalho e na minha formação como economista. Agradeço também a outros professores que marcaram minha graduação e me despertaram o interesse na macroeconomia: Antônio Licha, Denise Lobato e Carlos Eduardo Young.

RESUMO

Este trabalho busca analisar, sob diferentes perspectivas teóricas, o fenômeno do crescimento econômico chinês no período pós-reformas, inicializadas em 1978. Para avaliar o caso chinês, foram escolhidas a visão do *mainstream* ortodoxo e uma visão heterodoxa que confere maior destaque para a importância do papel ativo do Estado para a sustentação do crescimento. Desta forma, tenta-se entender quais foram as variáveis responsáveis pelo intenso desenvolvimento chinês e quais os efeitos provocados pelas reformas sobre a estrutura econômica chinesa e a evolução dos componentes da demanda agregada, a partir dos enfoques de cada corrente teórica. Analisa-se brevemente o controverso debate heterodoxo da desaceleração econômica e qual a compatibilidade entre o modelo do Supermultiplicador de Sraffa e as interpretações apresentadas. De forma análoga, estuda-se a desaceleração recente e o alinhamento da teoria com as interpretações mostradas tendo em vista o referencial teórico ortodoxo do crescimento econômico.

LISTA DE GRÁFICOS

- 1 Evolução do Coeficiente de Gini. p. 22
- 2 Taxa de crescimento anual do PIB, com previsões, em % p.28
- 3 O Diagrama de Solow p.36
- 4 Estrutura do PIB chinês, 1952 – 2006 (% do PIB a preços constantes) p.48
- 5 Estrutura do emprego chinês, por setor, 1952 – 2003 (% do total) p.49

LISTA DE TABELAS

- 1 Distribuição rural/urbana da população e emprego (em milhões de habitantes) p. 20
- 2 Média anual da taxa de crescimento do PIB e seus componentes p. 21
- 3 Contribuição dos componentes do PIB para o crescimento do PIB p. 21
- 4 Média anual da taxa de crescimento da renda real das famílias p. 21
- 5 Política Industrial Chinesa p.26
- 6 Crescimento do PIB chinês, por setor, a preços de 2007 p. 48
- 7 O contraste entre as reformas econômicas p. 50
- 8 O balanço dos dois primeiros estágios da reforma p.55
- 9 Distorções nos preços dos fatores produtivos p.57

LISTA DE ABREVIATURAS

1. C&T- Ciência e Tecnologia
2. DA- Demanda Agregada
3. EE- Estado Estacionário
4. EVMs- Empresas de Vilas e Municípios
5. FBKF- Formação Bruta de Capital Fixo
6. FMI- Fundo Monetário Internacional
7. IDE- Investimento Direto Estrangeiro
8. OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
9. OMC- Organização Mundial do Comércio
10. P&D- Pesquisa e Desenvolvimento
11. PBC- *People's Bank of China*
12. PIB- Produto Interno Bruto
13. SOEs- *State Owned Enterprises*
14. TFP- *Total Factor Productivity* (Produtividade Total dos Fatores)
15. ZEE- Zonas Econômicas Especiais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – UMA VISÃO HETERODOXA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS	13
I.1 A teoria heterodoxa: O Supermultiplicador de Sraffa	13
<i>I.1.1 O Supermultiplicador, gastos autônomos e as condições de estabilidade</i>	<i>13</i>
<i>I.1.2 Recomendação de políticas econômicas</i>	<i>17</i>
I.2 O crescimento econômico chinês por uma perspectiva heterodoxa	19
I.3 A desaceleração e a retomada do crescimento chinês	27
CAPÍTULO II – O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS PELA ABORDAGEM ORTODOXA	33
II.1 A teoria ortodoxa: o modelo de Solow e seus aprimoramentos	33
<i>II.1.1 O modelo de Solow com progresso técnico</i>	<i>34</i>
<i>II.1.2 Engeneização do progresso técnico e contribuições posteriores</i>	<i>38</i>
<i>II.1.3 Recomendações de políticas econômicas</i>	<i>42</i>
II.2 A visão do mainstream ortodoxo sobre o crescimento chinês	47
<i>II.2.1 A primeira etapa – 1978 a 1993</i>	<i>50</i>
<i>II.2.2 A segunda etapa – 1993 a 2010</i>	<i>54</i>
II.3 Desaceleração e a Retomada do crescimento	56
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

A partir de 1978, a China presenciou uma expressiva taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Tal fenômeno se iniciou com a subida de Deng Xiaoping ao governo, no qual este promoveu uma série de profundas reformas na economia chinesa que almejavam enriquecer o país. Com o discurso “*getting rich first*”¹, a China alcançou entre 1978 a 2003 uma taxa média de crescimento do PIB e do PIB per capita de 7,9% e 6,6% ao ano respectivamente, o que possibilitou que em menos de 40 anos, esta nação conquistasse o segundo maior PIB do mundo, como apresentado por Maddison (2007). Porém, recentemente, o país vêm obtendo taxas cada vez menores de crescimento do PIB, o que indica um possível esgotamento do modelo vigente e preocupações acerca das repercussões desta desaceleração em todo o mundo.

O presente trabalho busca analisar, sob diferentes perspectivas teóricas, o fenômeno do crescimento econômico chinês no período pós-reformas, inicializadas em 1978. Para avaliar o caso chinês, foram escolhidas a visão ortodoxa dominante e a visão heterodoxa que confere maior destaque para a importância do papel ativo do Estado para sustentação do crescimento. Depois de apresentar a interpretação de alguns autores alinhada às correntes teóricas selecionadas sobre o desempenho recente e as orientações de política econômica para o país, procura-se avaliar o grau de compatibilidade entre estas interpretações e proposições com as respectivas teorias de crescimento.

Há divergências entre as perspectivas econômicas quanto aos fatores que explicam o menor crescimento do PIB nos últimos anos e no que diz respeito às estratégias a serem tomadas para retomada do vigor econômico outrora presenciado². Desta forma, procurou-se averiguar a conformidade entre dois modelos macroeconômicos do crescimento econômico distintos com as respectivas análises e explicações aplicados a China: uma perspectiva heterodoxa com enfoque no papel da demanda para o desenvolvimento e outra ortodoxa que preconiza majoritariamente o lado da oferta como responsável pelo crescimento.

O primeiro capítulo aborda o modelo do Supermultiplicador de Sraffa e, a partir da leitura do Franklin Serrano e coautores, como uma teoria heterodoxa do crescimento econômico. Em seguida, são apresentadas interpretações heterodoxas do período pós-reformas da China,

¹ Em 1992, Deng Xiaoping proferiu esta expressão num discurso do Partido Comunista, implicando que mais importava era “ficar ricos primeiro”, sem quaisquer preocupações distributivas.

² No debate econômico, há também diversas teorias para explicar o processo de crescimento econômico vivenciado pela China no decorrer do século XX.

averiguando-se a evolução dos componentes da demanda agregada para mensurar qual ou quais foram os motores do crescimento econômico em diferentes etapas. Por fim, tenta-se analisar o período recente de desaceleração do crescimento do PIB e quais são as recomendações de política econômica por estas perspectivas.

O segundo capítulo fornece uma análise da teoria do crescimento econômico do *mainstream* ortodoxo. Desta forma, estuda-se o modelo de Solow como referência teórica e quais são os fatores promotores do desenvolvimento econômico argumentados por esta visão. Na sequência, são apresentadas interpretações ortodoxas sobre o processo de transição da economia chinesa para uma economia de mercado. Por fim, tenta-se explicar, com base nestas interpretações, quais são os fatores que estariam sendo responsáveis pelas menores taxas de crescimento e quais as prescrições de política econômica recomendadas.

A conclusão objetiva avaliar e comparar a compatibilidade existente entre cada um dos modelos apresentados nos capítulos anteriores com as respectivas interpretações do crescimento econômico chinês.

CAPÍTULO I – UMA VISÃO HETERODOXA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

Neste capítulo será apresentada uma perspectiva heterodoxa do processo de crescimento econômico chinês, com papel de destaque para a demanda agregada.

A seção I.1 irá desenvolver os aspectos teóricos da teoria do Supermultiplicador de Sraffa³ e quais seriam as recomendações de política para o crescimento neste modelo. Já a seção I.2 analisará interpretações sobre o desenvolvimento econômico chinês por perspectivas heterodoxas a partir de 1978 quando começaram-se diversas reformas. Por fim, a seção I.3 procurará entender os motivos da recente desaceleração e quais as prescrições de política para retomar o crescimento sustentado de longo prazo com base no modelo apresentado.

I.1 A teoria heterodoxa: O Supermultiplicador de Sraffa

I.1.1 O Supermultiplicador, gastos autônomos e as condições de estabilidade

Antes de se aprofundar no Supermultiplicador de Sraffa, deve-se atentar para alguns conceitos fundamentais de um modelo de crescimento puxado pela demanda. O modelo de Harrod (1938, 1948, 1973) é o ponto de partida para a teoria do crescimento econômico heterodoxa. O autor discorre sobre a relação entre o multiplicador de gastos autônomos e o acelerador dos investimentos, no qual o multiplicador trata o investimento como a principal fonte de demanda com efeito ampliado sobre a renda em função do consumo induzido e o acelerador capta o ajuste da capacidade produtiva proporcionada pelos investimentos em função do comportamento da renda.

Igualando a poupança ao investimento, quando o produto é equivalente à demanda agregada, e dividindo pelo estoque de capital⁴, tem-se que:

$$g_{Kt+1} = g_{It} = \frac{I_t}{K_t} = \frac{S_t Y_t^* Y_t}{Y_t K_t Y_t^*} = \frac{s}{v} u_t \quad (1)$$

Onde K representa o estoque de capital, I o investimento, S a poupança, Y o produto e Y* o produto potencial. A taxa de crescimento do estoque de capital (g_K) equivale à taxa de

³ O modelo do supermultiplicador escolhido baseou-se em Serrano et al. (2017), Serrano (2016) e Freitas e Dweck (2013).

⁴ Para ver a derivação matemática completa da taxa garantida ver Serrano, Freitas e Bhering (2017).

crescimento do investimento (g_I) e é idêntica ao produto da propensão marginal⁵ a poupar ($\frac{S_t}{Y_t} = s$, s é a propensão marginal a poupar), do recíproco da relação capital-produto ($v = \frac{K_t}{Y_t}$) e do grau de utilização da capacidade instalada ($u_t = \frac{Y_t}{Y_t^*}$). Desta forma, se o grau de utilização for igual ao seu valor planejado ($u_t = u_n = 1$), encontra-se a taxa garantida (g_w), que representa a condição de equilíbrio entre o crescimento da capacidade produtiva e da demanda no modelo de Harrod, de modo que:

$$g_w = \frac{s}{v} \quad (2)$$

A mudança no nível de utilização da capacidade produtiva depende das diferenças entre a taxa de crescimento do produto e da taxa de acumulação do capital. Assim sendo, em Harrod (1938, 1948, 1973), a sobreutilização levaria as firmas a investirem mais, e isto acarretaria num grau de utilização da capacidade ainda maior que o original (a subutilização levaria a menores taxas de investimento, o que por sua vez, resultaria numa utilização ainda menor da capacidade). Este é o princípio da instabilidade fundamental de Harrod, no qual qualquer divergência entre o grau de utilização da capacidade planejada e efetiva culminaria em desequilíbrios ainda maiores, pois o ajuste ocorre na direção errada.⁶ (SERRANO; FREITAS; BHERING, 2017).

De acordo com Serrano et al. (2017), a adição de um componente da demanda agregada exógeno que não gera capacidade produtiva para o setor privado solucionaria o problema exposto, como elaborado no Supermultiplicador de Sraffa. Este componente autônomo dos gastos, Z , cresceria a uma taxa exógena g_z e não estaria relacionado com as decisões de produção das empresas.

Seguindo o modelo do Supermultiplicador Sraffiano apresentado por Freitas e Dweck (2013), pode-se explicitar o modelo através de uma série de equações. O produto (Y) pode ser decomposto, sob a ótica da demanda agregada (DA), de acordo com a equação:

$$Y + M = C_{HND} + C_{HD} + I_H + C_G + I_G + I_{SE} + I_{PE} + X \quad (3)$$

Sendo Y o PIB, M as importações, C_{HND} o consumo de bens não-duráveis pelas famílias, C_{HD} o consumo de bens duráveis pelas famílias, I_H o investimento realizado pelas famílias, C_G os

⁵Em Harrod, a propensão média a poupar equivale a propensão marginal a poupar.

⁶ Para maiores detalhes, ver Serrano et al. (2017).

gastos de consumo do Governo, I_G os investimentos do Governo, I_{SE} os investimentos feitos por empresas estatais, I_{PE} o investimento realizado pelo setor privado e X as exportações.

Assume-se que as importações são relacionadas com a DA total da economia, de acordo com:

$$M = (1 - \mu)(CHND + CHD + IH + CG + IG + ISE + IPE + X) \quad (4)$$

Onde μ seria o percentual de conteúdo doméstico. Por sua vez, considera-se que o consumo de bens não-duráveis e o investimento privado são gastos induzidos pela renda, no sentido de que:

$$C_{HND} = cY \quad (5)$$

$$I_{PE} = hY \quad (6)$$

Sendo c a propensão marginal a consumir de bens não-duráveis, determinada pelos salários recebidos, e h a propensão a investir de empresas privadas.

Neste modelo, o componente induzido do consumo estaria relacionado à produção corrente e ao poder de compra introduzido pela mesma, usualmente associado à folha de pagamentos de salários. Assim, os salários e a distribuição de renda entre salários e lucros são os principais determinantes da propensão marginal a consumir de bens não-duráveis. A propensão a investir do setor privado é explicada pelos desvios entre o grau de utilização da capacidade produtiva realizada e planejada, ou seja, pelo próprio nível de atividade econômica, que levará as firmas a ajustarem seu investimento como resultado da pressão competitiva.

Por fim, são designados os gastos totais autônomos em relação à renda (Z):

$$Z = C_{HD} + I_H + C_G + I_G + I_{SE} + X \quad (7)$$

O consumo de bens duráveis pelas famílias é considerado autônomo, pois é comumente financiado por decisões de crédito, ou seja, uma fonte de poder de compra não diretamente relacionada com a renda corrente. As decisões de consumo e investimento do governo, assim como os investimentos feitos por empresas estatais e pelas famílias também são considerados autônomos, pois não dependem nem diretamente da produção corrente e do poder de compra relacionado a esta, nem da competição capitalista. As exportações são consideradas similarmente como componente autônomo da DA, porque dependem da renda e do poder de compra do resto do mundo.

Após estas hipóteses, é possível discriminar o Supermultiplicador de Sraffa, conforme:

$$Y^* = \left(\frac{\mu}{1 - \mu(c+h)} \right) Z = \alpha Z \quad (8)$$

No qual α é o supermultiplicador, que depende da propensão a consumir de bens não-duráveis, da propensão a investir do setor privado e da parcela de conteúdo doméstico. Assim sendo, a distribuição de renda entre salários e lucros afeta o PIB através de seu efeito sobre a propensão marginal a consumir, e por consequência, sobre o supermultiplicador.

O crescimento dos gastos autônomos (g_z) aumenta diretamente o produto (g_Y). Reescrevendo a equação da taxa de crescimento garantida (2) com base na propensão média a poupar e tendo em vista a determinação do investimento produtivo conforme equação 6, obtém-se⁷:

$$g_z = g_Y = g_I = \frac{h}{v} u \quad (9)$$

Segundo Serrano et al. (2017), o modelo do supermultiplicador é estável tanto estaticamente quanto dinamicamente. A estabilidade estática implica que o ajuste ocorre na direção correta, enquanto que na estabilidade dinâmica, o ajuste é feito de maneira gradual, de modo que não ocorra explosões de crescimento e/ou recessão que tenderiam a taxas infinitas.

Supondo-se uma situação inicial de equilíbrio entre as taxas de crescimento da demanda e da capacidade produtiva (g_I) e que ocorra uma redução da taxa de crescimento dos componentes autônomos (g_z). A taxa de crescimento da demanda cairá assim como a taxa de crescimento da economia (g_Y), de modo que a taxa de crescimento da demanda será menor que a taxa de crescimento da capacidade produtiva, levando à subutilização da mesma. Ao longo do tempo, a taxa de investimento (h) se reduzirá em resposta à queda da renda e à subutilização da capacidade, reduzindo a taxa de crescimento da capacidade produtiva. A presença de demanda de consumo autônomo crescendo a taxa exógena g_z implica que a taxa de crescimento da demanda agregada e da produção cairão proporcionalmente menos do que a taxa de crescimento do investimento. Isto significa que o grau de utilização da capacidade irá eventualmente começar a aumentar e seguirá até que retorne ao grau de utilização planejado. Logo, o processo de ajuste do estoque de capital combinado com a existência de gastos autônomos garantem a estabilidade

⁷ Detalhes do mecanismo de ajuste entre a participação do investimento na renda e a propensão média a investir podem ser encontrados em Serrano et al. (2017)

estática do modelo. De maneira análoga, em sentido contrário, ocorre o processo caso tenha-se um crescimento de g_z . (SERRANO ET AL, 2017)

O ajuste gradual do investimento e do estoque de capital são condições suficientes para que o modelo seja dinamicamente estável, conforme Serrano et al (2017). Dado um aumento na taxa de crescimento dos gastos autônomos e o conseqüente aumento da taxa de crescimento da demanda agregada e sobreutilização da capacidade, se a propensão a investir reagir de forma demasiadamente intensa, o investimento privado induzido pode aumentar excessivamente, o que provocaria instabilidade dinâmica no modelo. Deste modo, se o aumento da parcela do investimento for exagerada, a taxa de crescimento da DA pode se elevar tanto que seria impossível que a oferta da economia acompanhe tal processo explosivo. Este ajuste parcial implica que o princípio do acelerador seja flexível, isto é, que o investimento não seja função apenas da taxa de crescimento recente da demanda agregada, mas do crescimento esperado ao longo da vida útil dos novos bens de capital⁸.

Se o modelo do Supermultiplicador de Sraffa for dinamicamente estável, haverá uma tendência para que a parcela do investimento induzido se ajuste ao valor determinado pela taxa de crescimento da demanda. Ou seja, tem-se que a taxa de crescimento da economia equivale à taxa de crescimento do componente autônomo (g_z), como demonstrado por Serrano et al (2017).

Serrano et al. (2017) conclui que o Supermultiplicador de Sraffa requer três condições fundamentais para que seja estável tanto estaticamente quanto dinamicamente, sendo elas: a existência do componente autônomo que não gere capacidade produtiva para o setor privado; o investimento induzido pelo princípio de ajuste do estoque de capital; e o ajuste da capacidade à demanda ou aos desvios no grau de utilização seja de forma gradual.

1.1.2 Recomendação de políticas econômicas

Freitas e Dweck (2013) analisaram o crescimento da América Latina sob o modelo do supermultiplicador, e a partir disto, é possível a inferência de uma série de recomendações de política econômica para o crescimento sustentado de longo prazo.

O Estado tem papel fundamental como promotor do crescimento, desta forma, o modelo pode ser caracterizado como um caso de “*state-led growth*”, ou seja, um crescimento puxado pelo

⁸ Para uma maior discussão sobre o acelerador flexível e análise da expressão matemática da condição de estabilidade dinâmica, ver Serrano, Freitas e Bhering (2017).

estado. Os gastos do governo em consumo e investimento foram o motor para o crescimento da América Latina e desta forma, são recomendados para que se aumente a taxa de crescimento do PIB, através da elevação da taxa de crescimento dos gastos autônomos (g_z). Além disso, o governo possui papel importante sobre o consumo das famílias, sobretudo de bens não-duráveis, através das transferências sociais e da folha de pagamentos do funcionalismo público. Aumentar as transferências sociais irá então repercutir decisivamente sobre a decisão de consumo das famílias. Também é possível estimular o componente autônomo (Z) pelo efeito do consumo de bens duráveis e investimento em habitação, amplamente influenciados pelas condições de crédito. Por fim, o aumento do investimento de empresas estatais também irá acelerar a taxa de crescimento dos componentes autônomos, e por conseguinte, elevará a taxa de crescimento da economia como um todo. (FREITAS ET. AL, 2013)

Serrano (2017) argumenta que as despesas do governo tem papel subestimado pela literatura convencional para o crescimento econômico, pois é feita a simples adição de gastos e investimentos públicos para mensuração da contribuição governamental. Dentre os fatores relacionados a essa diminuição da contribuição do governo para o crescimento, cita-se: a desconsideração dos impactos das transferências sociais e das políticas de Estado do Bem-Estar Social sobre o consumo das famílias e a inclusão dos investimentos de empresas estatais como investimento privado e não do governo.

Não é necessário incorrer em déficits orçamentários para promoção do crescimento econômico neste modelo. Serrano (2017) mostra que é possível realizar uma política fiscal expansiva mesmo com a noção de orçamento equilibrado – como proposto por Haavelmo – ou a partir de regimes de metas de superávit fiscal. Ainda nestes casos, pode-se ter efeitos expansivos dos gastos do governo, desde que o aumento dos gastos governamentais seja financiado pelo aumento da tributação incidente sobre os indivíduos representantes dos maiores percentis de renda, com menor propensão a consumir do que famílias pobres ou do que o próprio Governo.

A última variável a ser estudada dos componentes autônomos – as exportações – apresentam um caráter dual, ou seja: ao mesmo tempo em que constituem um componente da demanda agregada, elas igualmente representam uma fonte de obtenção de reservas estrangeiras. Seu impacto no crescimento é constantemente sobrestimado em diversos países, devido à presença de alto conteúdo importado na produção do bem exportado – representando vazamento de DA – e da taxa das mesmas como fonte de receita para o governo. Em alguns países, as receitas oriundas

da taxaço das exportações representam grande parte da arrecadaço nacional e, desta forma, na realidade, financiariam despesas do governo. Neste último caso, considera-se erroneamente a existência de modelos de crescimento puxados pelas exportações, desconsiderando o acréscimo gerado pelos gastos e transferências do governo. Os maiores efeitos proporcionados pelas exportações advém da diminuição da restrição do Balanço de Pagamentos (BP)⁹ pela obtenço de divisas e do estímulo aos outros componentes da demanda interna, seja pela taxaço como fonte de receita para o governo, seja pela diminuição do conteúdo importado para que se eleve o supermultiplicador. (FREITAS ET. AL., 2013; SERRANO, 2017).

Uma melhor distribuição de renda, possibilitada pela política tributária mencionada acima, por exemplo, impactará o consumo de bens não-duráveis via propensão marginal a consumir, sendo esta relacionada a aumentos salariais e à renda disponível. Desta forma, afetar-se-ia o supermultiplicador sraffiano. O investimento privado é induzido pela renda, por meio de alterações no grau de utilização da capacidade produtiva. Aumentos da parcela de investimento privada também aumentarão o supermultiplicador. No entanto, pela análise de Freitas e Dweck (2013) para a América Latina, tal efeito é pequeno se comparado ao papel do setor público no desenvolvimento.

O progresso tecnológico influencia o crescimento pelo seu possível impacto sobre a parcela de conteúdo importado. Ao obter melhores tecnologias, é possível realizar políticas de substituição de importações através da produção nacional do que antes seria importado. Diminuir a parcela de conteúdo impacta positivamente o supermultiplicador, como ressaltado por Freitas et al. (2013).

1.2 O crescimento econômico chinês por uma perspectiva heterodoxa

Para uma melhor compreensão do período pós-reformas, é válido analisar algumas características da economia chinesa. Gouveia (2012) resalta que a proporço de recursos por habitantes na China é baixíssima. A disponibilidade de terras agricultáveis é uma das menores do mundo, resultando numa elevada taxa homem por terra e em grande degradaço das terras. Além disso, a China possui restrições quanto a recursos hídricos. Desta forma, para a autora, o caminho para o desenvolvimento fora perseguir a industrialização. O legado maoísta foi significativo para fornecer uma base de acumulaço primitiva de capital. Nogueira (2011) destaca que o governo

⁹ Para uma maior compreensão da restrição ao crescimento imposta pelo Balanço de Pagamentos, ver Freitas e Dweck (2013).

maoísta investira fortemente na indústria pesada, para fins militares, devido às humilhações¹⁰ do século XIX e às instabilidades geopolíticas do período de conflito da Guerra Fria, como por exemplo a Guerra da Coreia (1950 – 1953) e o rompimento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1960. Uma parcela significativa do investimento fixo não residencial foi feita pelas empresas estatais no período maoísta.

Gouveia (2012) destaca que outra importante política pré-reforma foi a restrição de mobilidade imposta pelo hukou¹¹, que impedia a migração do campo para os centros urbanos e impunha um forte controle de diversas atividades econômicas pela burocracia estatal.

O ano de 1978 marca o início de uma série de transformações na estrutura da economia chinesa. As reformas a serem discutidas impulsionaram o processo de urbanização e industrialização, propiciaram alterações significativas no mercado de trabalho e nas relações externas do país e alteraram profundamente o volume e a composição do PIB chinês, (MEDEIROS, 2013). O autor destaca que o processo de transição da economia planejada socialista para o capitalismo ocorreu de forma gradual, pelo sistema *dual-track*, onde coexistia a introdução dos mecanismos de mercado e a coordenação pelo Estado em diversas frentes.

Em 1978, a China ainda era um país essencialmente rural, com aproximadamente 82% de sua população residente no campo (790 milhões), como se depreende da tabela 1. Em 2007, 45% da população residia nas cidades ou 594 milhões de habitantes, conforme Medeiros (2013).

TABELA 1 - Distribuição rural/urbana da população e emprego (em milhões de habitantes)

	Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Total	Emprego Agrícola	Emprego Rural não agrícola	Emprego urbano	Emprego Total
1952	503,2	71,6	574,8	173,2	9,5	24,6	207,3
1957	547,0	99,5	646,5	193,1	13,7	30,9	237,7
1978	790,1	172,5	962,6	283,7	31,5	86,3	401,5
1987	816,3	276,7	1093,0	308,7	81,3	137,8	527,8
2005	745,4	562,1	1307,6	318,6	166,3	273,3	758,3
2007	725,7	593,8	1319,5	476,4	150,9	293,5	769,9

Fonte: Maddison (2007) e Medeiros (2013)

¹⁰ O Século XIX foi um período turbulento para a China, no qual esta nação incorreu em diversas perdas e submissões a nações como Inglaterra, França, Rússia, Japão e EUA. Para maiores detalhes, ver Maddison (2007, capítulo 2).

¹¹ O hukou é um sistema de registro domiciliar usado como mecanismo de controle dos deslocamentos demográficos. O mesmo segmenta a população urbana e rural, discriminando o acesso a serviços e emprego entre os dois tipos de habitantes.

Para um melhor entendimento das transformações ocorridas ao longo deste período (1978 - 2007) e sua relação com a evolução dos componentes da demanda agregada, optou-se pela periodização¹² elaborada por Kotz e Zhu (2010). Os autores estudaram o comportamento das variáveis da demanda agregada para analisar qual ou quais delas foram as responsáveis pelo crescimento chinês. Para isso, os autores ressaltam o conceito de condutor, ou seja, aquela variável que cresce mais acelerada do que o PIB e também que apresenta grande participação no mesmo. A partir das tabelas 2 e 3 abaixo, os autores procuram averiguar a dinâmica da demanda agregada chinesa e identificam quatro grandes períodos, a serem explorados a seguir. A tabela 4 mostra como foi o crescimento da renda das famílias no campo e na cidade nestes períodos.

TABELA 2 - Média anual da taxa de crescimento do PIB e seus componentes

Período	C	G	IF	X	M	PIB
1978 - 1988	10,6%	9,6%	10,3%	20,6%	20,8%	10,1%
1988 - 1991	3,1%	11,2%	1,3%	20,1%	9,9%	5,7%
1991 - 2001	9,8%	11,3%	13,2%	12,6%	13,6%	10,3%
2001 - 2007	6,4%	7,2%	13,4%	20,9%	17,8%	10,7%

Fonte: Kotz e Zhu (2010)

TABELA 3 - Contribuição dos componentes do PIB para o crescimento do PIB*

Período	C	G	IF	X	M	PIB
1978 - 1988	52,6%	12,5%	31,0%	17,4%	-19,6%	10,1%
1988 - 1991	27,5%	26,4%	6,5%	51,6%	-25,9%	5,7%
1991 - 2001	43,8%	17,0%	39,3%	25,2%	-24,8%	10,3%
2001 - 2007	24,2%	10,0%	46,5%	57,4%	-42,8%	10,7%

Fonte: Kotz e Zhu (2010)

* O somatório das contribuições não totaliza 100, pois os dados de X e M, que são dos dados de comércio, não exatamente se encaixam nas definições das contas nacionais.

TABELA 4 - Média anual da taxa de crescimento da renda real das famílias

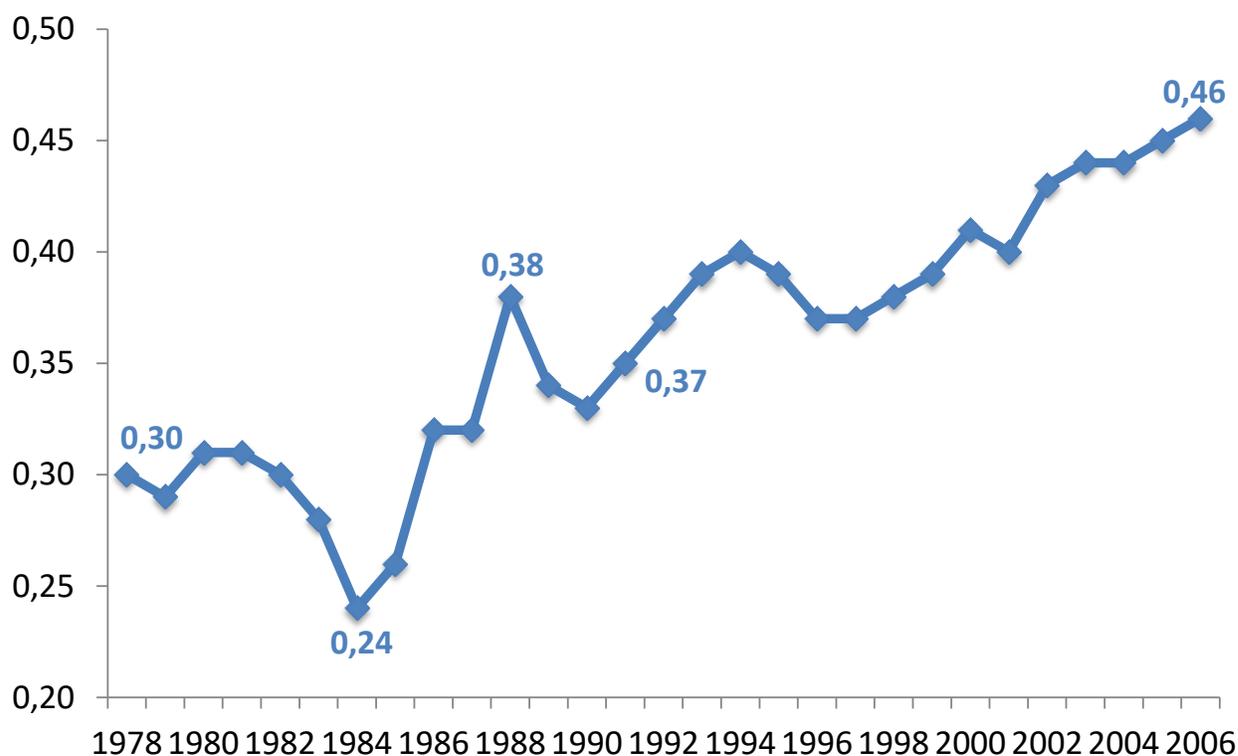
Período	Renda disponível das famílias urbanas	Renda Líquida das famílias rurais	Renda Total das Famílias
1978 - 1988	13,3%	10,0%	11,3%
1988 - 1991	8,0%	2,4%	4,9%
1991 - 2001	13,2%	5,7%	9,8%
2001 - 2007	11,2%	3,4%	8,7%

Fonte: Kotz e Zhu (2010)

¹² Gouveia (2012) destaca que, como a transição chinesa de um planejamento centralizado para um economia de mercado ocorreu de forma gradual, é impossível discernir onde os preços foram liberados de uma vez só.

O gráfico 1 ilustra o processo de concentração de renda e aumento das desigualdades, sobretudo a partir de 1992, medido pelo Coeficiente de Gini, índice variante de 0 a 1 (sendo 0 perfeita equidade e 1 máxima desigualdade, toda renda nas mãos de um único indivíduo), como será mostrado.

GRÁFICO 1 – Evolução do Coeficiente de Gini



Fonte: Kotz e Zhu (2010)

O período de 1978 a 1988 é marcado pelo início das reformas, com destaque para as reformas rurais: a dissolução das comunas, o aumento dos preços agrícolas e a retomada do sistema de agricultura familiar¹³, que elevou a produtividade agrícola e diminuiu as disparidades existentes entre o campo e a cidade, como ilustra o Gráfico 1, no qual o Coeficiente de Gini registrou o menor valor (0,24) em 1984.

Kotz e Zhu (2010) compreendem que o componente mais dinâmico foi o consumo das famílias, que cresceu 10,6% e contribuiu com 52,6% do crescimento do PIB. Tal fator está

¹³ As terras ainda eram propriedade do Estado, mas, mediante contratos, concedia o direito de exploração das mesmas às famílias, que, em contrapartida, eram obrigadas a vender cotas de produção para o Estado, caracterizando o sistema *dual-track*. Para maiores detalhes, ver Gouveia (2012).

relacionado ao aumento da renda das famílias, sobretudo da renda rural¹⁴ que cresceu 10% no período, como apresentado pela tabela 4. Medeiros (2013) destaca que, a partir de 1978, o consumo de bens duráveis se elevou tanto nas cidades quanto no campo. Não obstante, com as restrições demográficas impostas pelo hukou, o excedente de trabalho na lavoura, proporcionado pelo aumento da produção rural, foi empregado para expansão do emprego rural não agrícola e assim desenvolveram-se fortemente as Empresas de Vilas e Municípios (EVMs), acelerando o processo de industrialização rural. A expansão destas atividades no campo também contribuiu para o crescimento da renda agrícola. Pela tabela 1, em 1978, 31,5 milhões de habitantes eram empregados em atividades rurais exceto o plantio, enquanto que em 1987 tal número crescera para 81,3 milhões.

Outra importante reforma do período foi a introdução das Zonas Econômicas Especiais (ZEE)¹⁵, para promoção das relações externas. Gouveia (2012) destaca que, a partir desta estratégia, foi permitida a importação de máquinas e equipamentos para modernização da indústria e aumento da produtividade, através da exportação de bens intensivos em mão-de-obra. Desta forma, as exportações se aceleraram no período, crescendo 20,6%. Porém, como estas ainda não representavam uma parcela significativa do PIB, o efeito sob a taxa de crescimento do PIB foi reduzido.

O contexto geopolítico global mais favorável foi fator essencial para o sucesso das políticas de desenvolvimento da China nesta década. Medeiros (1999) enfatiza que o grande crescimento econômico e a mudança estrutural ocorrida na China se deram através de três fatores principais: a estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS, a ofensiva comercial americana com o Japão, e uma complexa estratégia do governo chinês visando à afirmação da soberania de Estado sobre território e população através de desenvolvimento econômico e modernização da indústria. Desta forma, utiliza-se a expressão “desenvolvimento a convite”, no qual os Estados Unidos da América (EUA) favoreceram a China, sobretudo na década de 80. No início da década de 90, porém, com os desdobramentos do fim da Guerra Fria, os EUA cessaram

¹⁴ O crescimento da renda rural está intrinsecamente relacionado ao preço dos grãos, como Medeiros (2013) destaca. De modo a amortecer as oscilações dos preços agrícolas e seu impacto sobre a renda rural, tem –se a expansão das EVMs e a remessa de dinheiro de migrantes dos centros urbanos para o campo.

¹⁵ Foram criadas 4 ZEEs inicialmente: Shenzhen (perto de Hong Kong), Zhuhai (próxima a Macau), Shantou e Xiamen. Em 1984, 14 cidades costeiras foram abertas para uma maior atividade econômica externa. Em 1988, Hainan se tornou a quinta ZEE.

tal política, mas, nesse caso, a China já havia conquistado importantes mudanças em sua estrutura produtiva e econômica.

Em concomitância com estas transformações, ocorreu uma série de políticas direcionadas à descentralização e à maior autonomia das empresas estatais (SOEs, *State Owned Enterprises*), como a criação do Banco Central e de novos bancos estatais com funções comerciais para o financiamento das SOEs via empréstimos bancários. Os preços foram sendo liberados gradualmente, o que contribuiu para um aumento da inflação e esta será uma das principais responsáveis pelos eventos dos anos seguintes. (GOUVEIA, 2012).

De acordo com Kotz e Zhu (2010), os anos de 1988 a 1991 condizem com uma ruptura no crescimento vislumbrado pela trajetória chinesa, com o ápice nos eventos da Praça Tiananmen¹⁶. O consumo se desacelerou devido ao menor crescimento da renda das famílias, principalmente das famílias rurais (2,4%), como mostra a tabela 4. Para conter as pressões inflacionárias, o governo diminuiu substancialmente a taxa de investimento das empresas estatais no período – o que leva os autores a perceberem este período como desaceleração puxada pelos investimentos. Desta forma, os investimentos contribuíram para apenas 6,5% do crescimento do PIB. Por sua vez, as exportações corresponderam ao elemento mais dinâmico, em virtude de um processo de depreciação cambial. Estas cresceram 20,1% por ano, em média, e atribui-se 51,6% do crescimento do PIB pelo seu desempenho.

O período de 1991 a 2001 é classificado por Kotz e Zhu (2010) como um período de crescimento puxado pelo investimento. Pelas tabelas 2 e 3, vê-se que os investimentos cresceram 13,2 % ao ano em média e contribuíram com 39,8% da taxa de crescimento do PIB. O controle da inflação dos anos anteriores permitiu elevar o crescimento da economia. O crescimento da renda urbana acompanha o crescimento do PIB, porém o crescimento da renda rural permanece estagnado, o que acarretou na piora da distribuição de renda no país, como mostra no gráfico 1. Ademais, nas cidades, as reformas salariais entre 1994 e 1995 fizeram com que o crescimento dos salários se mantivesse abaixo do crescimento da produtividade, o que ampliou a participação dos lucros na renda. (MEDEIROS, 2013).

Medeiros (2013) destaca o papel dos investimentos públicos como o principal motor do desenvolvimento chinês em toda a transição chinesa: estes eram o componente mais dinâmico da

¹⁶ Os protestos da Praça Tiananmen em Pequim eram devido ao aumento da inflação que corroía o salário real. Estas manifestações foram duramente reprimidas pelo Governo.

demanda agregada e o indutor dos ciclos econômicos¹⁷. Os outros componentes crescem a partir do efeito multiplicador, ou seja, são os investimentos que induzem o crescimento econômico para o autor. A partir de 1990, os investimentos começam a crescer também por uma nova via além dos investimentos das SOEs e das EVMs: a entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). O autor também enfatiza que o Estado estava presente direta e indiretamente na industrialização chinesa e no processo de coordenação do investimento, mediante o uso das políticas macroeconômicas, creditícias e tecnológicas e de preços e, ao mesmo tempo, promovendo os mecanismos de mercado.

Lazzari (2005) defende que a entrada de IDE via as ZEEs foi a solução encontrada para introduzir capitais estrangeiros, modernas tecnologias e métodos gerenciais atualizados necessários à atualização econômica do país. Em termos regionais, os investimentos privilegiaram a faixa costeira da China, a zona urbana e industrial. Já no âmbito setorial, os IDE foram direcionados para a indústria manufatureira, destacadamente a têxtil e a eletrônica, seguida pela construção civil. Esse montante de capitais era severamente controlado pelo governo chinês, classificando os setores econômicos em “encorajados”, “permitidos”, “restritos” e “proibidos”, para dessa forma, favorecer as indústrias de exportações e de alta tecnologia. Majoritariamente a partir dos anos 90, IDEs intensivos em tecnologia, característicos de empresas multinacionais (EMNs) de países desenvolvidos realçavam a estratégia de controle do capital estrangeiro ao interesse de “*catching-up*” tecnológico chinês: o acesso ao grande mercado potencial consumidor chinês em troca da transferência de tecnologias. Uma das consequências deste processo foi a instalação de vários centros de pesquisa e desenvolvimento no país.

A ciência e a tecnologia (C&T) também foram consideradas fator importante para promoção do desenvolvimento. Conforme Cassiolato e Podcameni (2015), entre 1978 e 2005, o fortalecimento das capacitações científicas e tecnológicas se tornou prioridade, com foco na geração de novos programas de C&T alinhados a políticas tarifárias, financeiras e fiscais favoráveis para tal fim, enfatizando o papel da inovação¹⁸. Diversas conferências se seguiram para discussão da estratégia de C&T do país. Por exemplo, cita-se o programa Torch, datado de 1988, para incentivar o surgimento de novas empresas de tecnologia a partir das universidades e institutos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) existentes. De acordo com a Organização para a

¹⁷ Para maiores detalhes sobre os ciclos econômicos, ver Medeiros (2013).

¹⁸ Para uma discussão mais profunda de toda a estratégia de promoção da Ciência e Tecnologia Chinesa, ver Cassiolato et al. (2015).

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1991 a China havia dispendido 0,73% de seu PIB (U\$ 13,4 bilhões) em P&D, evoluindo para 1,31% de seu PIB (U\$95,5 bilhões) em 2005.

O Levy Economics Institute (2010) sintetiza diversos âmbitos da política industrial chinesa para promoção de suas firmas domésticas, enfatizando a importância estratégica percebida pelo governo ao papel dos IDEs. Não obstante, é enfatizado também o papel do crédito para as empresas estatais e das compras domésticas e da imposição do conteúdo nacional, como mostra a tabela 5.

TABELA 5 - Política Industrial Chinesa

Posse do Estado	Alta, porém diversas SOEs foram privatizadas durante a etapa de reestruturação de mercado.
Crédito Subsidiado	Créditos subsidiados substancialmente por bancos possuídos pelo Estado, direcionados as SOE.
Incentivos tarifários	Viés para investimentos estrangeiros e de alta tecnologia.
Proteções tarifárias e não tarifárias	Ainda há barreiras não-tarifárias significantes mesmo com a entrada na OMC em 2001.
Direcionamento dos IDE	Forte controle estatal, voltados para favorecer setores chaves e para induzir firmas a levarem tecnologias de ponta.
Conteúdo Local	Mecanismo importante para promoção do encadeamento para trás das capacidades de firmas domésticas
Direitos de Propriedade	Fracos até a entrada da OMC em 2001, porém, ainda se tem problemas na execução dos mesmos.
Aquisição Governamental	Mecanismo onde o Governo adquiria insumos, equipamentos, serviços para desenvolver firmas nacionais em diversas áreas.

Fonte: Levy Economics Institute (2010)

Com este arcabouço de políticas, há fortes incentivos para promoção das exportações. Kotz e Zhu (2010) analisam os anos de 2001 e 2007 como um crescimento puxado tanto pelos investimentos quanto pelas exportações.

Os investimentos corresponderam a mais de 40% do PIB. A formação bruta de capital fixo (FBKF) continuou a se elevar e, a partir de 2002, os investimentos residências sobem exponencialmente com a liberalização do mercado de terras urbanas e a inauguração de um mercado imobiliário.

Em contrapartida, houve uma queda acentuada do consumo (de 45,2% para 35,6% do PIB) e dos gastos do governo (de 16,2% para 13,4%). Diversos fatores estão relacionados à significativa queda da participação do consumo no PIB. O grande número de demissões pós 1990 diminuiu a participação da SOEs devido às privatizações e ao aumento da participação do setor privado, onde tal processo proporcionou uma informalização do mercado de trabalho chinês, menor crescimento dos salários, maior concentração de renda e em perdas significativas do aparato de seguridade social chinesa. Com isso, eleva-se o peso da educação, da saúde e da moradia no orçamento das famílias, levando a um grande aumento da poupança com retração do consumo.

Existe um grande debate no meio acadêmico sobre a China ser um regime de crescimento puxado ou não pelas exportações (“*export-led growth*”), a ser apresentado na seção seguinte. Em 2001, a China consegue entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), promovendo o crescimento das exportações e das importações. No entanto, a taxa de crescimento das exportações (20,9%) cresceu acima das importações (17,8%) neste período.

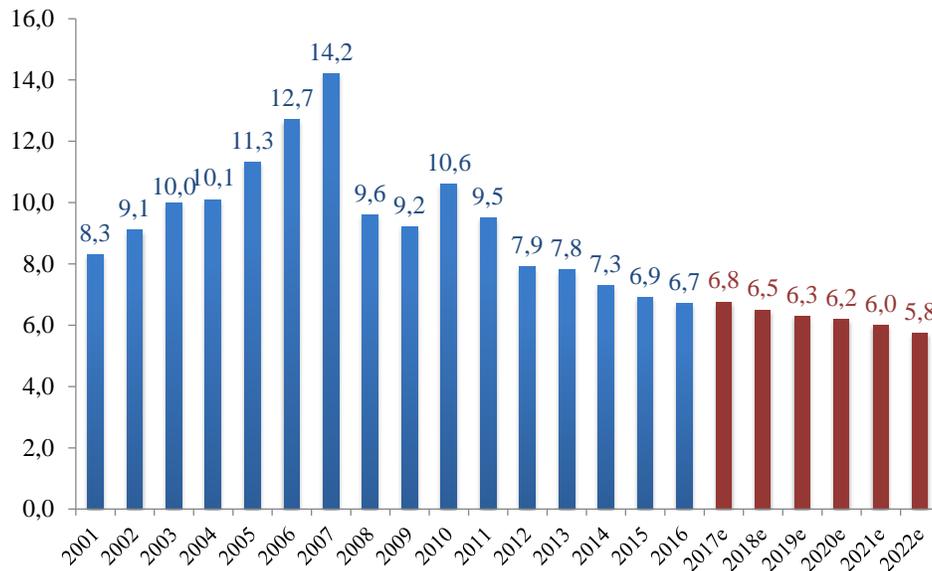
1.3 A desaceleração e a retomada do crescimento chinês

Gouveia (2012) destaca que dentro do debate heterodoxo¹⁹ há divergências no que concerne a sustentabilidade do modelo de crescimento econômico chinês, qual o propulsor do crescimento e quais fatores seriam os responsáveis pela desaceleração da taxa de crescimento da economia.

O gráfico 2 mostra a desaceleração da taxa do crescimento do PIB. Pelo gráfico 2, depreende-se que a China cresce a taxas cada vez menores: em 2010 a economia chinesa cresceu 10,6%, enquanto que em 2015 o crescimento foi de 6,9% e para 2021 o Fundo Monetário Internacional (FMI) espera um crescimento de 6,0% no ano.

¹⁹ Para maiores detalhes acerca do debate heterodoxo referente as diferentes interpretações do crescimento econômico chinês, ver Gouveia (2012).

GRÁFICO 2 – Taxa de crescimento anual do PIB, com previsões, em %



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Alguns autores, como Kotz e Zhu (2010), Akyuz (2011) e Cunha (2012), evidenciam os problemas referentes a uma desaceleração das exportações e do subconsumo na China e ressaltam os efeitos adversos do sobre-investimento que resultaria numa crise de realização da capacidade produtiva. Entretanto, uma outra visão dentro do arcabouço heterodoxo, advogada por Gouveia (2012) e Medeiros (2013), discorre que não há subconsumo nem sobre-investimento.

No que tange à caracterização do *export-led growth*, Kotz e Zhu (2010), defendem as exportações como componente dinâmico da DA e indutor do crescimento, a partir de 2001. O Levy Economics Institute (2010) também advoga que o crescimento chinês foi baseado na diversificação e na sofisticação de sua pauta exportadora, com importante uso da política industrial para promoção da mesma. Akyüz (2011) irá expor que o valor adicionado pelas exportações em relação ao PIB é muito elevado, propondo que o crescimento chinês baseou-se na expansão das exportações em detrimento do consumo interno.

Kotz e Zhu (2010) – em conformidade com as teses da desaceleração das exportações, do sobre-investimento e do subconsumo na China – destacam que depender das exportações e dos investimentos como fonte de crescimento pode não ser sustentável no longo prazo. No curto prazo, necessitar das exportações para o crescimento implica num aumento da vulnerabilidade à recessões externas pelo efeito contágio: a diminuição das exportações chinesas causaria uma diminuição da taxa de crescimento do PIB. Cunha (2012) constata que a diminuição da demanda

e arrefecimento da atividade econômica na Europa e nos EUA com a crise de 2009 resultaram em menores exportações para tais regiões, principais mercados chineses. Assim sendo, o excesso de exportações chinesas pode não ser acomodado pelo resto do mundo. Ademais, a autora ressalta o aumento de barreiras não-tarifárias e outras práticas protecionistas no período pós-crise como agravantes para a piora do desempenho exportador. Por fim, a exportação de manufaturados e a importação de recursos brutos, com compressão de salários para aumento da competitividade e a condição de país em desenvolvimento pode acarretar em problemas geopolíticos com os países desenvolvidos, como Kotz e Zhu (2010) enfatizam.

A diminuição das exportações, por sua vez, irá agravar o excesso de capacidade produtiva nos setores exportadores, levando a um maior grau de ociosidade do capital. A isto, se relaciona o excesso de investimentos na economia chinesa. Este excedente intensificou o problema de excesso de capacidade produtiva, levando a um declínio da produtividade e da eficiência do capital e numa diminuição da taxa de lucro. Além disso, os investimentos massivos na construção civil acarretaram em bolhas no mercado imobiliário, preços exorbitantes e na formação de estoques de moradias não vendidas. Por estas razões, há um limite para o crescimento pelo modelo vigente puxado pelas exportações e pelos investimentos (LI, 2006; KOTZ E ZHU, 2010 ; CUNHA, 2012).

Para manutenção de um crescimento sustentado de longo prazo, conforme os defensores da tese do sobre-investimento²⁰ e da desaceleração das exportações, a China deve-se voltar para outros componentes dos gastos autônomos, sendo este majoritariamente o consumo das famílias, ou seja, **gastos improdutivos**. Akyüz (2011) destaca que a dependência excessiva aos mercados externos relaciona-se ao subconsumo interno chinês, causado tanto pelas elevadas taxas de poupança como percentual do PIB, quanto pela parcela pequena da renda das famílias na renda agregada e pelas altas taxas de lucros via compressão salarial. Outros autores, como Kotz e Zhu (2010) e Cunha (2012) também enfatizam a necessidade da China basear seu crescimento num modelo *consumption-led growth*.

Para encorajar o consumo, os defensores da tese do subconsumo defendem que deve-se **eleva a renda disponível das famílias**, tanto no campo quanto na cidade, e assim **promover uma melhor distribuição da mesma**. Para tal, o Governo pode promulgar leis mais severas no

²⁰ Nem todos os defensores da tese do sobre-investimento defendem a necessidade de transição para um modelo pautado no consumo, a exemplos Li (2006) e Lo e Guicai (2006).

mercado de trabalho para diminuir a exploração da mão-de-obra, assegurando maiores salários e poder de barganha aos trabalhadores. Ademais, o Governo chinês pode nacionalizar ou renacionalizar empresas estrangeiras, onde o Estado deve ser responsável pelo crescimento, e não o mercado. (KOTZ E ZHU, 2010)

A **alta taxa de poupança na China vem travando o consumo**. Para conseguir diminuir a mesma, o **Estado de Bem-Estar Social**²¹ deve ser melhorado: a saúde e a educação deveriam ser descomercializadas, pois as famílias aumentaram sua poupança para conseguir pagar pelo alto custo educacional e médico. Além disso, há espaço também para o aumento do *Social Housing*²² na China, visto que a bolha imobiliária tornou inviável o acesso a moradia devido aos preços exorbitantes, sobretudo nas cidades. Para fortalecer o Estado de Bem-estar social, pode-se elevar a taxação, sobretudo sobre os mais ricos, para que se possibilite o aumento das transferências de renda do governo. O percentual das receitas governamentais no PIB ainda é pequeno se comparado aos padrões internacionais – o que garante espaço para aumentos. Por fim, é necessário reformar o sistema de hukou e Previdenciário na China, pois o primeiro impede o acesso a serviços básicos por parte da população rural e dos migrantes e o último é financiado pelo governo local, com orçamento limitado e de forma descentralizada. Desta forma, com um melhor aparato de seguridade social, diminuiria-se a poupança para estimular o consumo das famílias, e com uma tributação mais equitativa, teria-se uma melhora da distribuição de renda (SANDER ET AL, 2012 ; KOTZ E ZHU, 2010; CHEN ET AL, 2013).

Além das políticas supracitadas, na China há **pouca disponibilidade de crédito** ao consumidor e para pequenas e médias empresas. Deve-se **elegar o mesmo** para aumentar o consumo, sobretudo de bens duráveis. O aumento do crédito às famílias e de mecanismos de hipoteca e financiamentos também irão ajudar a reduzir a poupança, por estar diretamente relacionado ao motivo habitação, motivo destacado por Maggu (2012).

A continuidade do crescente processo de **urbanização** e da transição para uma economia com maior participação do setor de serviços, que é intensivo em trabalho também irá impulsionar o consumo das famílias. Cunha (2012) destaca que com o advento da urbanização, cresce a demanda por produtos e serviços outrora não tão significativos, o que impactaria significativamente o consumo na China.

²¹ Para uma discussão sobre o Estado de Bem-Estar Social na China, ver Sander, Schmitt e Kuhnle (2012)

²² Para maiores detalhes sobre a provisão de programas habitacionais na China, ver Chen, Jing, Man, Yang (2013).

Por sua vez, outros autores no debate heterodoxo irão discordar do *export-led growth*, como já mencionado, e da tese do subconsumo e do sobre-investimento na China. Para Medeiros (2013), a China não seria um *export-led growth*, pois, por mais que a China exporte muito (aproximadamente 40% do PIB em 2007), a mesma também importa muito²³ e, dessa forma, o multiplicador das exportações vaza para fora do país. Para o autor, os investimentos (especialmente das SOEs e EVMs com aumento da importância gradual dos fluxos de IDE) dominam o componente de tendência e de ciclos econômicos da economia chinesa, e, portanto, o crescimento chinês seria essencialmente liderado pelo mercado interno. Anderson (2007) discorre que a correlação entre as taxas de crescimento do PIB e das exportações seriam praticamente de um para um em economias onde imperam o *export-led growth*, como é o caso de diversos países asiáticos como Cingapura, Malásia, Coreia do Sul e Tailândia. A China teria uma estrutura parecida com a economia americana, na qual as exportações apresentam certa relação com a performance econômica, porém o crescimento do PIB possui uma trajetória muito mais estável, e assim, o autor conclui que o crescimento da China seria puxado pelos componentes domésticos da demanda agregada, negando o *export-led growth*.

Gouveia (2012) e Medeiros (2010) irão argumentar sobre o reduzido papel que a visão apresentada anteriormente relega o consumo:

“Do mesmo modo, também não encontra apoio a proposição de que o consumo das famílias diminuiu sua importância para o crescimento econômico tendo em vista as evidências sobre a extraordinária expansão do consumo de bens duráveis, automóveis, e massificação do consumo em geral incluindo regiões distantes dos grandes centros.” (MEDEIROS, 2010, pp. 9)

Ademais, Gouveia (2012) destaca que os investimentos são superestimados, pois levam em conta à aquisição de terras nas despesas de investimento das firmas, no qual o boom especulativo do mercado imobiliário inflacionou as estimativas de investimento. Além disso, o elevado peso dos **investimentos públicos** (50% do total para Li), onde a maior parcela destina-se à **infraestrutura**, faz com que a elevada taxa de investimento não se transforme em excessiva

²³ Medeiros (2013) reconhece o processo de sofisticação da pauta exportada chinesa, porém, a maior parte do valor adicionado advém de marcas e patentes e vaza para fora da China. Nogueira (2015) discute a ascensão da China nas Cadeias Globais de Valor (CGVs).

expansão da capacidade produtiva, de modo a causar uma **subutilização** oriunda do sobreinvestimento.

O padrão de desenvolvimento pautado nos investimentos estatais em infraestrutura e no consumo sobretudo de duráveis (automóveis), contudo, estaria **aumentando a dependência** chinesa na **importação de alimentos, matérias-primas e energia**, sendo estes os principais fatos compreendidos como limitantes para a continuação do crescimento econômico na China – ainda mais que o processo de **urbanização** segue adiante, como mostrado na tabela 1.

CAPÍTULO II – O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS PELA ABORDAGEM ORTODOXA

Neste capítulo será apresentada a visão do crescimento econômico chinês baseada no *mainstream* ortodoxo, conforme o Modelo de Solow e seus aprimoramentos²⁴, cujo foco recai sobretudo nos aspectos relacionados à oferta e à dotação de fatores.

A seção II.1 irá descrever o arcabouço teórico ortodoxo sobre o desenvolvimento econômico e suas respectivas prescrições de políticas. Já a seção II.2 tentará compreender, de acordo com esta corrente teórica, o crescimento econômico da China, a partir das reformas iniciadas em 1978. Por fim, a seção II.3 objetiva estudar os motivos da recente desaceleração e quais as políticas recomendadas para promover o crescimento conforme a perspectiva ortodoxa.

II.1 A teoria ortodoxa: o modelo de Solow e seus aprimoramentos

O ponto de partida para a teoria neoclássica do crescimento é o modelo de Solow (1956), considerada como uma primeira geração desta classe de modelos. Esta primeira fase fora classificada como uma teoria de crescimento exógeno, pois possibilitou a compreensão de como ocorre a dinâmica de transição do crescimento econômico. Contudo, esta não conseguiu explicar as motivações acerca do progresso tecnológico, sendo este o motor do persistente aumento da renda per capita. (COSTA, 2007)

De acordo com Costa (2007), a segunda geração destes modelos, conhecida como a Nova Teoria do Crescimento, objetivava explicar qual a natureza do progresso técnico, numa tentativa de endogeneização do mesmo. Autores como Romer (1986) e Lucas (1988) inseriram o papel da dotação de conhecimento e do capital humano como os determinantes do progresso tecnológico, considerando que os mesmos mais que compensavam os rendimentos marginais decrescentes dos fatores de produção. Porém, estes trabalhos ainda não foram bem sucedidos para tornar endógeno o progresso tecnológico. Fora necessário a introdução da microeconomia e dos pressupostos da concorrência imperfeita, proposta por Romer (1990), para que se pudesse incorporar os retornos crescentes de escala proporcionados pela tecnologia.

²⁴ A teoria de crescimento econômico ortodoxa se baseia no trabalho de Solow (1956). Diversas modificações foram feitas para incorporar novas variáveis determinantes do crescimento econômico, como os trabalhos desenvolvidos por Lucas (1988) e Romer (1990).

II.1.1 O modelo de Solow com progresso técnico

O Modelo de Solow (1956) é baseado numa série de hipóteses simplificadoras, como: países produzem e consomem um único bem homogêneo (o produto), as firmas operam sob concorrência perfeita, os indivíduos são maximizadores e os preços são flexíveis, não há comércio internacional e a tecnologia é exógena – no sentido de não ser afetada por decisões intencionais de gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os agentes poupam uma fração constante de sua renda, denominada s , integralmente revertida em investimentos, e a população cresce a taxa constante n . (JONES e VOLLRATH, 2013).

A função de produção representa a combinação entre os fatores de produção (capital, trabalho e tecnologia). Esta é representada por uma função do tipo *Cobb-Douglas*:

$$Y = F(K, AL) = K^\alpha (AL)^{1-\alpha} \quad (1)$$

No qual Y representa o produto, K o capital, L o trabalho e A a tecnologia. α é uma constante entre 0 e 1, indicando que a função de produção apresenta retornos constantes de escala.

Dividindo-se (1) pela quantidade de trabalhadores em unidades de eficiência (AL), obtém-se o produto em termos de eficiência per capita (y), conforme:

$$y = k^\alpha \quad (2)$$

Outra equação chave do modelo descreve como o capital per capita se acumula com o tempo. A equação fundamental de acumulação do capital em termos de eficiência per capita²⁵ é:

$$\frac{\partial k}{\partial t} = sy - (n + \delta + g)k \quad (3)$$

Sendo δ a taxa de depreciação do estoque de capital e g a taxa de progresso técnico, determinada fora do modelo. Essa equação significa que o investimento por trabalhador-eficiência, sy , irá aumentar o montante de capital por trabalhador-eficiência, enquanto que o termo acompanhado pelo sinal negativo o reduz. O crescimento populacional, a depreciação e o progresso técnico implicam que haverá menos capital por trabalhador-eficiência.

²⁵ A derivação completa da equação de acumulação de capital por trabalhador pode ser vista em Jones e Vollrath (2013, capítulo 2).

Quando o estoque de capital físico por trabalhador-eficiência assumir um valor constante no tempo, diz-se que uma economia se encontra em estado estacionário, ou seja, $\frac{\partial k}{\partial t} = 0$. Assim sendo, pode-se determinar o nível de capital e produto em termos de eficiência per capita no estado estacionário igualando o investimento corrente (sy) ao investimento necessário para se manter o estoque de capital físico por trabalhador-eficiência constante $(n + \delta + g)k$. Fazendo as manipulações matemáticas necessárias, obtém-se :

$$k^* = \left(\frac{s}{n + \delta + g} \right)^{\frac{1}{1-\alpha}} \quad (4)$$

$$y^* = \left(\frac{s}{n + \delta + g} \right)^{\frac{\alpha}{1-\alpha}} \quad (5)$$

O produto por trabalhador (y'^*) pode ser obtido a partir de uma pequena alteração na equação acima:

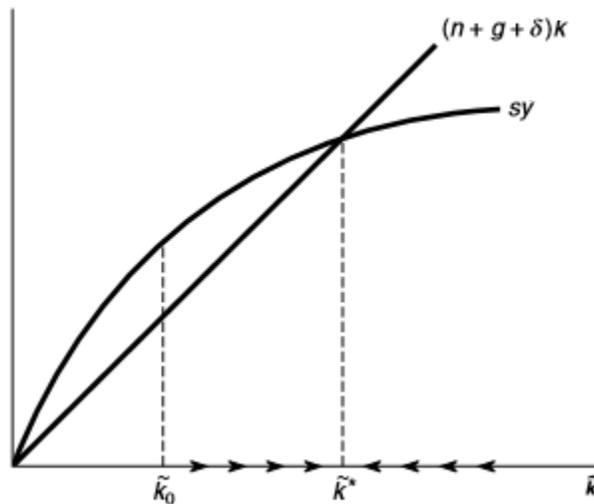
$$y'^*(t) = A(t) \left(\frac{s}{n + \delta + g} \right)^{\frac{\alpha}{1-\alpha}} \quad (6)$$

Percebe-se que o produto per capita está positivamente relacionado com a taxa de poupança (investimento), uma vez que a poupança determina o investimento. Logo, o aumento da taxa de poupança eleva o nível do produto per capita. O crescimento populacional (n) e a taxa de progresso técnico também impactam o nível de produto per capita – o primeiro, negativamente, e o segundo, positivamente.

Após estes postulados, é possível a compreensão da dinâmica de transição neste modelo, através do Diagrama de Solow (gráfico 3): se o capital eficiência-per capita estiver abaixo do nível de estado estacionário (EE), ou seja, o investimento por pessoa-eficiência (sy) for superior ao montante necessário para manter o capital eficiência-per capita constante $[(n + \delta + h)k]$, a economia entrará num período de aprofundamento do capital. O crescimento do estoque de capital acima do crescimento da mão de obra gera pressão no mercado de trabalho, que deverá responder com elevação dos salários em relação ao retorno do capital, induzindo à adoção de técnicas mais intensivas em capital e provocando a elevação da relação capital-trabalho-eficiência. A produtividade marginal decrescente leva à desaceleração do crescimento do estoque de capital até o novo estado estacionário.

Neste caso, o país estará ficando mais rico, pois, com o aumento do capital eficiência-per capita, eleva-se também o produto eficiência-per capita e o próprio produto per capita. Quanto mais longe do estado estacionário, mais acelerado é o processo. Este processo, denominado de convergência, ocorre até o ponto de estado estacionário. Assim, um aumento na taxa de poupança, ao deslocar para cima a curva sy , ampliará o período de aprofundamento do capital, ou seja, o novo estado estacionário terá um nível de capital por trabalhador-eficiência mais elevado.

GRÁFICO 3 – O Diagrama de Solow



Elaboração: Jones e Vollrath (2013)

Por outro lado, um aumento da taxa de crescimento populacional tornaria a reta $(n+g+\delta)k$ mais inclinada, o que representaria um menor nível de capital por trabalhador-eficiência, e por conseguinte, um menor produto eficiência-per capita.

Entretanto, não se pode ampliar a taxa de poupança infinitamente. A poupança representa a renda não consumida e, portanto, a poupança aumenta quando se diminui o consumo. Se a taxa de poupança for 1, toda a renda é poupada e não haveria consumo. Desta forma, há uma taxa de poupança que maximiza o consumo das famílias (k_{gold}), portanto, o bem-estar econômico, associada ao estado estacionário da regra de ouro²⁶ – o consumo é maximizado quando o produto marginal do capital equivale a $(n+\delta+g)$.

A partir da Regra de Ouro de Acumulação do Capital depreende-se duas situações possíveis. Se o estoque de capital for maior do que o da regra de ouro, o produto marginal do

²⁶ Para a derivação completa do nível de capital sob a regra de ouro da acumulação, ver Mankiw (2010).

capital é menor do que $(n+\delta+g)$ e, assim, o formulador de política econômica deve tentar diminuir o nível de poupança, pois $s > s_{\text{gold}}$. A redução na taxa de poupança causa um aumento no consumo e uma diminuição no estoque de capital e no produto por trabalhador. Por outro lado, se o estoque de capital for menor que o da regra de ouro, tem-se o mecanismo inverso: deve-se elevar a taxa de poupança, causando imediatamente uma diminuição no consumo por trabalhador e uma elevação na taxa de investimento. À medida que o capital se acumula, o consumo, investimento e a renda per capita se elevam gradativamente. (MANKIWI, 2010).

Porém, Jones (2013) ressalta que a taxa de poupança apenas afeta o nível de produto, sem qualquer efeito sob a taxa de crescimento do longo prazo. Segundo Serrano (2002), a taxa de crescimento do produto (g_y), desconsiderando o efeito da depreciação, é obtida através da diferenciação em relação ao tempo e da aplicação do logaritmo sob a função de produção, de modo a obter²⁷:

$$g_y = \alpha g_k + (1 - \alpha)(n + g) \quad (7)$$

Onde g_y e g_k representam respectivamente as taxas de crescimento do produto e do capital. Como na teoria neoclássica, a poupança determina o investimento, a taxa de crescimento do capital pode ser expressa por:

$$g_k = \frac{sY}{K} = \frac{s}{v} \quad (8)$$

A variável v representa a relação capital-produto, determinada endogenamente no modelo. A economia sempre tenderá ao estado estacionário via ajustes em v : quando a força de trabalho somada a taxa de progresso técnico cresceram mais rápido que o estoque de capital ($n + g > \frac{s}{v}$), será necessário a adoção de técnicas mais intensivas em trabalho e que poupem o capital, pois o último está relativamente mais escasso. Para isso, os salários reais devem cair o suficiente a fim de preservar o equilíbrio no mercado de trabalho onde toda a força de trabalho adicional deve ser empregada. A adoção de técnicas menos intensivas em capital faz com que a relação capital-produto diminua. Porém, se v diminui, a diferença entre $n + g$ e $\frac{s}{v}$ será menor. De forma análoga, quando a força de trabalho combinada com a taxa de progresso tecnológico crescem menos que o estoque de capital ($n + g < \frac{s}{v}$), ocorre um excesso relativo de capital. O acréscimo da poupança

²⁷ A derivação matemática completa pode ser vista em Serrano (2002).

somente se transforma em investimento se houver uma queda dos juros em relação aos salários que incentive a adoção de técnicas mais intensivas em capital e que poupem trabalho (que ficou relativamente mais escasso). Essa mudança na intensidade de capital faz a relação capital-produto aumentar, no qual o aumento em v diminui $\frac{s}{v}$, e assim, diminui-se progressivamente a distância entre $n + g$ e $\frac{s}{v}$. No crescimento equilibrado, a relação capital-produto será:

$$v = \frac{s}{n+g} \quad (9)$$

Para que este procedimento ocorra, são fundamentais as hipóteses do arcabouço neoclássico, sendo elas a perfeita flexibilidade entre preços e salários, a concorrência e informação perfeita, a substituição contínua entre os fatores e os agentes serem maximizadores. Desta maneira, o **bom funcionamento dos mecanismos de mercado** é essencial para garantir o ajuste através da relação capital-produto.

A taxa de crescimento do produto per capita, é obtida, fazendo as manipulações matemáticas necessárias, a partir das equações (8) e (9) em (7), de modo que:

$$g_y - n = g \quad (10)$$

Conclui-se que o crescimento econômico neste modelo, medido pela taxa de expansão do PIB per capita, está diretamente relacionado à **taxa de progresso tecnológico**. Porém, como a tecnologia é uma variável exógena, o Modelo de Solow não consegue uma explicação satisfatória para justificar os diferenciais de renda per capita entre as nações, particularmente quando se considera que a taxa de progresso tecnológico é idêntica em todos os países. Como foi visto anteriormente, elevações em s causam um aumento permanente da renda per capita, como visto pela equação (6), porém, sem efeitos sobre a taxa de crescimento no longo prazo (SERRANO, 2002).

II.1.2 Engeneização do progresso técnico e contribuições posteriores

A exogeneidade do progresso técnico no modelo de Solow, no qual a taxa de crescimento do mesmo é assumida como constante, possibilita uma análise da dinâmica de transição, porém, não explica qual o motor do crescimento sustentado de longo prazo. Deste fato surge a necessidade da teoria neoclássica de explicar qual a natureza e o que motiva o progresso técnico, na tentativa de endogeneização do mesmo. Diversas contribuições foram feitas à literatura

ortodoxa do crescimento econômico, de modo a aprimorar cada vez mais esses modelos. Nesta seção, serão expostas algumas das contribuições a teoria do crescimento ortodoxo neoclássica, como a adição de capital humano, setor de P&D e inovação e o papel do arcabouço institucional, conforme o pensamento ortodoxa sintetizado por Jones²⁸ et. Al (2013).

Ao se adicionar o papel do capital humano na função de produção do modelo de Solow – a equação (1), distingue-se a qualificação do trabalhador, medido por H. A nova função de produção seria:

$$Y = F(K, AL) = K^\alpha (AH)^{1-\alpha} \quad (11)$$

Os agentes acumulam capital humano pelo tempo gasto na acumulação de novas habilidades, ao invés de trabalhar. O percentual de tempo alocado de um indivíduo aprendendo habilidades novas é dado por u. O capital humano por trabalhador se acumula conforme:

$$h = (e)^{\Psi u} \quad (12)$$

Onde Ψ denota uma constante entre 0 e 1. Resolvendo o modelo, de forma semelhante ao de Solow com progresso técnico apresentado na seção anterior, obtém-se o produto por trabalhador como:

$$y^{*}(t) = hA(t) \left(\frac{s_k}{n+\delta+g} \right)^{\frac{\alpha}{1-\alpha}} \quad (13)$$

A partir da equação (13), o modelo com capital humano explica os diferenciais entre a renda per capita de países. Países mais ricos apresentem altas taxas de investimento em capital (s_k), dispendem uma grande fração do tempo acumulando habilidades (h), têm baixas taxas de crescimento populacional (n) e altos níveis de tecnologia (A). (JONES ET. AL, 2013). O capital humano permitiria, nesta visão, um uso mais eficiente dos fatores de produção e da tecnologia disponível. Vale notar, contudo, que o crescimento do produto per capita no estado estacionário permanece determinado pela taxa de progresso tecnológico, g, tal como na equação 10.

Outra contribuição da teoria neoclássica recai no papel das ideias e da inovação. Conforme apresentado por Jones et al. (2013), o progresso tecnológico, propulsor do crescimento econômico, se relaciona com o fluxo de ideias. Estas são bens não-rivais, ou seja, a partir do momento em que são inventadas, não há custos adicionais se utilizadas por mais indivíduos.

²⁸ O livro “Economics of Growth” de autoria de Jones et al. (2013) sintetiza a contribuição de diversos autores a temática do crescimento econômico segundo a perspectiva ortodoxa.

Desta forma, a produção de conhecimento gera retornos crescentes de escala, o que, por sua vez, implica a necessidade de modelagem de concorrência imperfeita. A motivação do inventor é a possibilidade de auferir lucros extraordinários que superem o custo de invenção inicial. Para isso, existe a necessidade de criação de mecanismos de patentes, direitos autorais e outras formas de mecanismos legais para incentivar e proteger os inovadores. Sem esse aparato, não há incentivo para inovar, e assim, não se tem progresso técnico, e em última instância, não há crescimento da renda per capita.

A função de produção depende do estoque de capital e da quantidade de trabalho alocada na atividade produtiva, L_Y .

$$Y = F(K, AL_Y) = K^\alpha (AL_Y)^{1-\alpha} \quad (14)$$

Ao distinguir o setor de produção de bens do setor de produção de P&D, o modelo sugere que quantos mais trabalhadores disponíveis na produção de conhecimento ($L_A=L-L_Y$), onde $L_A/L=s_R$, maior o fluxo de ideias e maior a taxa de progresso técnico, $\frac{\Delta A}{A}$, que depende da taxa a qual novas ideias são descobertas, θ , da influência do estoque de ideias descobertas sobre novas descobertas, $\varphi < 1$, chamado de efeito “subir sobre os ombros”, e do efeito da externalidade negativa associada à duplicação de esforços de pesquisa, $\lambda \leq 1$, chamado de efeito “pisar nos pés”.

$$\frac{\Delta A}{A} = \theta \frac{L_A^\lambda}{A^{1-\varphi}} \quad (15)$$

Supondo que uma fração constante da população seja empregada na geração de ideias, então, $\Delta L_A / L_A = n$. Com base nos mesmos mecanismos de ajuste apresentados anteriormente, chega-se à conclusão de que a economia tenderá a uma taxa de crescimento equilibrado, tal que:

$$g_y - n = g_A = \frac{\lambda n}{1-\varphi} \quad (16)$$

Assim sendo, neste cenário da economia de ideias, o crescimento populacional pode ser um motor do crescimento²⁹. Quanto mais pessoas numa economia, em termos absolutos, tem-se mais possíveis inovadores e maior é a probabilidade de criação de novas ideias. Devido ao caráter não

²⁹ O modelo apresentado difere do modelo original de Romer (1990), segundo o qual $\lambda = \varphi = 1$. Neste caso, como a produtividade da pesquisa é proporcional ao estoque de ideias, então, com o passar do tempo, a produtividade dos pesquisadores cresce, mesmo que o número de pesquisadores seja constante, o que pode levar a um resultado de aceleração da taxa de crescimento que, na visão de Jones et al. (2013), seria incompatível com a realidade. Para uma discussão mais detalhada a respeito deste resultado, ver Serrano (2002).

rival das ideias e aos retornos crescentes de escala oriundos das mesmas, há um benefício social a todos os agentes da economia. Especificamente, a taxa de crescimento da tecnologia mundial estaria diretamente relacionada com a taxa de crescimento populacional, como destacado por Jones et al(2013). Aumento no investimento ou na proporção da população alocada no setor de pesquisa, por sua vez, gera efeito nível, mas não altera a taxa de crescimento de longo prazo. Assim, o produto por trabalhador em estado estacionário é dado por:

$$y^{l*}(t) = \left(\frac{s_k}{n+\delta+g_A} \right)^{\frac{\alpha}{1-\alpha}} (1 - s_r) \frac{\theta s_r}{g_A} L(t) \quad (17)$$

Onde $(1 - s_r)$ representa a parcela da força trabalhadora alocada no setor produtivo, s_r representa a fração alocada no setor de P&D e g_A é a taxa de crescimento do progresso tecnológico. Uma economia mais populosa tem potencial maior para criação de ideias. Quanto mais pesquisadores numa economia, mais ideias, o que eleva a produtividade da economia. Porém, quanto mais pesquisadores, menor é a parcela da população alocada no setor produtivo.

Em síntese, observa-se a discrepância de renda per capita no estado estacionário entre as nações devido aos diferenciais de taxa de investimento em capital físico (s_k) e capital humano (acúmulo de habilidades) entre os países, além do crescimento da força de trabalho (n) e da produtividade e tecnologia. O motor do crescimento econômico é a inovação e o progresso técnico, que é motivado pela busca por lucros. O crescimento populacional e uma maior população, em termos absolutos, correspondem a um maior fluxo de ideias, onde se terá potencialmente mais inovadores e empreendedores. Assim sendo, a taxa de crescimento de longo prazo de uma economia é proporcional ao crescimento da população. (JONES ET AL., 2013).

Para finalizar, serão feitos breves comentários sobre a versão do modelo proposta por Aghion e Howitt (1992), chamado de modelo “schumpeteriano” por envolver o processo de “destruição criativa”, onde novas técnicas tornam as antigas obsoletas. A principal diferença em relação ao modelo anterior é que a probabilidade de inovação depende dos efeitos “subir nos ombros” e “pisar nos pés” e não o tamanho da inovação. Mantendo a hipótese de que $\varphi < 1$, então a taxa média de crescimento de longo prazo neste modelo seria igual àquela obtida no modelo anterior, determinada pela taxa de crescimento da população. Sua contribuição é conferir microfundamentos à teoria do crescimento, que passa a estar vinculada à dinâmica de comportamento das empresas, como apresentado por Jones et al. (2013).

II.1.3 Recomendações de políticas econômicas

Os modelos de crescimento com progresso técnico endógeno apresentados na seção anterior sugerem que, apesar de as taxas de crescimento de longo prazo não poderem ser afetadas por políticas econômicas, ainda assim políticas públicas, como subsídios à P&D, afetam a taxa de crescimento ao longo da transição para um novo estado estacionário eventualmente associado a um nível de renda per capita mais elevado. Como coloca Jones et al. (2013, p.123): “(p)esquisas recentes sobre crescimento, macro, comércio internacional e organização industrial têm usado a abordagem schumpeteriana para explorar uma série de questões interessantes, incluindo o papel da concorrência na promoção do crescimento, a dinâmica das empresas, a direção do progresso técnico, e a fonte dos ganhos da exportação e do comércio internacional”.

Na visão do autor, economias mais avançadas apresentam um meio de negócios mais dinâmico, por possuírem economias mais abertas para a competição global, instituições estáveis, leis que favorecem a produção e que garantem retorno ao investimento inovador, como patentes e direitos autorais, atraindo maiores investimentos em forma de capital físico e humano e transferência tecnológica. Milagres econômicos poderiam ser explicados, segundo esta visão, pela melhora das instituições de um país, acarretando a transição para um maior nível de estado estacionário do produto per capita, o que justificaria reformas em prol da produção e um melhor aparato legal de patentes que estimulam os investimentos, a acumulação de habilidades, a transferência tecnológica e o uso mais eficiente de recursos. (JONES ET AL., 2013)

Nesta seção serão apresentadas orientações de política econômica alinhadas à interpretação ortodoxa sobre o processo de crescimento e destinadas a viabilizar maior crescimento econômico, seja de maneira transitória, em direção ao um nível de renda per capita mais elevado, ou permanente³⁰.

Em primeiro lugar, recomenda-se o aumento da **competição de mercado** para promoção do crescimento, pois esta incentiva as firmas a inovarem. As evidências apontam para uma relação na forma de U-invertido entre o grau de competição e o aumento da produtividade. Isto é,

³⁰ Esta seção toma como base as recomendações apresentadas por Aghion e Howitt (2009). Vale notar que, na visão destes autores, que utilizam como referência um modelo de crescimento ortodoxo schumpeteriano, estas orientações de política permitiram afetar de maneira permanente e não apenas transitória a taxa de crescimento. Segundo Jones et al. (2013), a taxa de crescimento de longo prazo pode ser afetada de maneira permanente por meio do uso de políticas econômicas nos modelos que usam a hipótese de que $\varphi = 1$ (ou seu equivalente) – ver nota anterior.

até certo ponto, a remoção de barreiras e/ou a livre entrada de novas firmas tem efeito positivo na taxa de inovação e no aumento da produtividade total dos fatores. Em particular, o aumento de uma possível ameaça de entrada encoraja a inovação em firmas mais avançadas na fronteira tecnológica, mas pode desencorajar a inovação em firmas mais atrasadas, pois essas não possuem muitas chances de superar um potencial entrante e manter sua parcela de mercado. Desta forma, a produtividade, o produto e os lucros devem crescer mais em indústrias e setores inicialmente mais avançados tecnologicamente. (AGHION e HOWITT, 2009)

Os investimentos em **educação**, por sua vez, podem ter grandes efeitos sobre o crescimento, tanto por ajudarem a contrariar os efeitos adversos dos retornos decrescentes da acumulação de capital físico quanto por potencializarem o progresso técnico, como descrito por Aghion e Howitt (2009). Observa-se uma grande complementariedade entre o grau de educação e os investimentos em P&D: quanto mais os trabalhadores investirem em sua formação e mais empregadores realizariam dispêndios em P&D, maior o crescimento. De forma análoga, vale o raciocínio inverso, explicitado pelo fenômeno da armadilha do desenvolvimento: investimentos insuficientes em educação no passado desestimulam a futura aquisição de habilidades e assim, compromete-se o crescimento. Outra observação diz respeito ao grau de ensino onde o investimento em educação é alocado: o ensino primário e secundário seria mais propulsor do crescimento em países muito abaixo da fronteira tecnológica, pois este está relacionado com a habilidade de um país de implementar as tecnologias já existentes via a imitação. Por outro lado, investir no ensino superior impacta a capacidade de um país de inovar, tendo maiores efeitos então em economias mais próximas da fronteira tecnológica.

A **volatilidade** macroeconômica pode afetar o crescimento através de seu efeito sobre as decisões de poupança e investimento. O aumento da volatilidade causa aumento da poupança por motivos precaucionais e diminuição da demanda por investimentos pela percepção de menor retorno do mesmo. Pelo modelo apresentado, o aumento da poupança elevaria o nível de renda per capita, porém, é empiricamente observado que um ambiente econômico mais volátil é prejudicial ao crescimento. Conclui-se que há outros canais mais importantes pelos quais a estabilidade macroeconômica afetaria o crescimento – países diante de restrições de crédito e com mercados financeiros subdesenvolvidos, que dificultam a elevação do investimento, como exposto por Aghion et al. (2009) a serem explorados adiante.

A instabilidade tende a ser mais prejudicial ao crescimento em países ou setores que estão sujeitos a restrições de crédito mais apertadas. Nestas economias, políticas anticíclicas (por exemplo, aumento do déficit orçamentário durante recessões) podem ser favoráveis ao crescimento. A correlação entre volatilidade e crescimento é mais negativa em países com menor desenvolvimento financeiro. Quanto maiores as restrições de crédito, mais arriscado será realizar investimentos de longo prazo e, conseqüentemente, menor é a taxa de crescimento média da economia. Ao mesmo tempo, quanto maiores as restrições de crédito, mais pró-cíclico será o investimento em P&D, ou seja, diante de uma baixa capacidade de obtenção de crédito, choques negativos diminuem os ganhos esperados futuros do investimento, desmotivando a inovação e deprimindo ainda mais a taxa de crescimento econômico. A ciclicidade dos investimentos em P&D reforça a volatilidade macroeconômica. (AGHION ET AL, 2009)

Além das razões expostas acima, segundo Aghion et al. (2009), países com mercados de ativos menos completos são mais vulneráveis a riscos pela pequena diversificação de portfólio, o que, por sua vez, pode impedir que eles convirjam para níveis mais altos de desenvolvimento. Economias com menor desenvolvimento financeiro são menos hábeis a diversificar riscos, o que implica num produto mais volátil e que os agentes tendem a investir mais em tecnologias inferiores, porém mais seguras, para mitigação de riscos. Assim, o efeito negativo da volatilidade no crescimento será maior quanto menor for o desenvolvimento financeiro do país.

Portanto, Aghion et al. (2009) observa que a política macroeconômica deve tentar suavizar os ciclos econômicos, especialmente nos casos de menor desenvolvimento financeiro. Mais ainda, recomenda-se fortalecer o sistema financeiro e as instituições de crédito para obtenção de ganhos de escala, diversificação de riscos e redução de custos de transação, o que permitiria a canalização da poupança em investimento no ciclo produtivo. Desta forma, a volatilidade macroeconômica será menos danosa ao crescimento de longo prazo.

Ainda no âmbito de políticas macroeconômicas, a política fiscal pode ter efeitos negativos ou positivos. Dentre os primeiros, inclui-se o aumento dos gastos improdutivos e o respectivo aumento da dívida, distorções no comércio internacional devido à taxa excessiva, à incerteza macroeconômica, e ao efeito “crowding-out” sobre os investimentos privados, ou seja, o setor público ineficientemente substituindo o setor privado e o mercado. Entre os positivos, pode-se citar as leis e o incentivo à produção e os investimentos em infraestrutura e educação, que possuem efeito positivo sobre o crescimento devido às suas externalidades. A taxa e os

subsídios têm efeito ambíguo, a depender do setor que será subsidiado ou taxado. Deve-se diminuir a carga tributária em setores mais produtivos e fornecer incentivos fiscais à inovação para promoção do crescimento. Assim, o governo e suas instituições devem regular a economia, minimizando as intervenções diretas que causem ineficiências alocativas e atrapalhem o mecanismo de mercado. (SUEYOSHI, 2010).

Aghion et al (2009) argumenta que a **abertura externa** pode favorecer o crescimento econômico por diversas vias. Primeiramente, aumenta a escala de produção da economia, pois possibilita a inserção dos setores mais eficientes num mercado maior. O efeito de aumento no mercado será maior quanto menor for o mercado interno no país, uma vez que os produtores mais avançados poderão vender seus produtos no mercado externo. Por aumentar o tamanho do mercado, o comércio internacional eleva os potenciais ganhos de inovadores bem-sucedidos, encorajando os investimentos em P&D. Mais ainda, por acirrar a competição, a liberalização incentiva as inovações numa tentativa das firmas de superarem essa concorrência, além de eliminar firmas menos produtivas. Outro ponto favorável à abertura externa é a possibilidade de *catching-up* com a fronteira tecnológica, pois induz transferências de conhecimento de economias mais avançadas para países e setores menos desenvolvidos. Assim, a correlação entre a renda inicial e a abertura é negativa, ou seja, o crescimento é menos afetado pela abertura externa quanto mais avançada a economia. Não obstante, a abertura externa pode ainda elevar a produtividade mesmo em países que não inovam, pois esse país irá crescer tão rápido quanto o país inovador. Tal efeito é chamado de “canal direto” de transferência tecnológica. A produtividade dos trabalhadores no país não inovador cresce ao utilizar insumos importados cuja qualidade é maior como resultado da inovação estrangeira. Percebe-se que a abertura comercial age como um substituto para as inovações em alguns países e como um estímulo à inovação para outros, dependendo do relativo grau de simetria entre os mesmos.

Todavia, pode haver exceções, como ressaltado pelos autores. Se os países envolvidos forem demasiadamente assimétricos. A maior abertura pode desestimular a inovação, particularmente em países pequenos muito distantes da fronteira tecnológica. As firmas desse país podem não conseguir lidar com a concorrência, e aquelas mais produtivas, podem ter incentivos para migrar para outra nação com maiores incentivos. Desta maneira, há a possibilidade de que a maior abertura possa reduzir o crescimento. Neste caso, recomenda-se primeiramente remover as barreiras existentes à inovação antes de promover a abertura externa.

A abertura externa, aliada a um contexto de estabilidade macroeconômica, também proporciona o **influxo de investimento direto estrangeiro**. Este, segundo Sueyoshi (2010), pode ser importante fator para promoção do crescimento econômico e das exportações. A entrada de IDE propicia o *catching up* e os outros benefícios mencionados pela maior abertura externa.

Aghion et al. (2009) também analisa o impacto da **democracia** sobre o crescimento econômico. A relação de causalidade entre democracia e crescimento é incerta. Entretanto, governos mais democráticos tendem a reduzir a corrupção e desvios, e assim, favorecem a entrada e saída de firmas e estimulam a inovação e o progresso técnico. Logo, regimes democráticos condizem com uma melhor infraestrutura social em prol da produção. O efeito da democracia sobre o crescimento seria potencializado quanto mais perto da fronteira tecnológica está a indústria ou o país. Menciona-se também questões redistributivas relacionadas à democracia, uma vez que governos mais democráticos teriam menores níveis de concentração de renda.

A **política ambiental** e uso dos recursos deve incentivar inovações limpas, ou seja, aquelas menos poluentes ou que poupam cada vez mais recursos, de modo a garantir um crescimento sustentável no longo prazo, sem a exaustão de recursos. Diversos recursos naturais são sujeitos ao esgotamento, e assim, repercutem negativamente sobre o crescimento. Para sustentação de uma taxa de crescimento positiva no longo prazo, é condição necessária e suficiente que haja uma quantidade suficiente de trabalhadores no setor de P&D em inovações limpas disponíveis a fim de contrabalancear os efeitos deletérios oriundos do desgaste dos recursos através da inovação. Esta condição será satisfeita se a produtividade do P&D ou o tamanho da inovação for suficientemente grande, ou se a taxa de depreciação dos recursos for pequena. Pode-se também taxar a produção mais poluente e mais degradante ao ambiente, incentivando inovações limpas. A taxa reduziria o nível de crescimento da economia no curto prazo, mas não a taxa de crescimento de longo prazo. (AGHION ET AL, 2009).

O processo de crescimento econômico e a formulação de políticas para o desenvolvimento consistiria de diversas camadas. Uma primeira, relacionada a incentivos diretos a inovação e a acumulação de capital, como subsídios a P&D e incentivos tributários a inovação. Posteriormente, ter-se-ia as instituições e as reformas estruturais, a exemplos de abertura externa e liberalização das trocas, organização de sistemas financeiros e dos dispêndios em educação.

Uma última camada seria o papel da própria cultura, no qual trabalhos nesse tema ainda estão sendo explorados. (AGHION EL AL, 2009).

II.2 A visão do mainstream ortodoxo sobre o crescimento chinês

Nesta seção, procura-se apresentar os acontecimentos na China que promoveram o intenso ritmo de crescimento econômico pela ótica ortodoxa. As reformas inicializadas em 1978 marcam um novo episódio de transição de uma economia plenamente centralizada para uma economia de mercado. De acordo com Maddison (2007), o PIB e o PIB per capita chinês de 1978 a 2003 cresceram ambos aproximadamente sete vezes. Tal fato é atribuído, em grande medida, ao aumento da eficiência econômica proporcionado pelas mudanças em diversos setores e instituições.

Conforme Naughton (2007), a transformação da economia chinesa para uma economia de mercado teria de ser concomitante com o desenvolvimento econômico, e por isso, optou-se por uma estratégia gradual, sem grandes impactos recessivos como ocorrera na União Soviética. O autor destaca também a percepção chinesa de seu país como sendo fundamentalmente agrário, em desenvolvimento e de baixa-renda, e desta forma, a formulação de política econômica fora pautada nesses fatores e limitações.

As reformas provocaram uma grande mudança estrutural na economia chinesa. A tabela 6 abaixo indica a taxa de crescimento dos setores, de 1952 a 2007³¹. O PIB cresceu 4,4% ao ano (a.a) no período de 1952 a 1978. O principal motor para o crescimento do período foi a indústria (9,6% a.a), indicando que no período maoísta já havia a clara intensão de se promover a industrialização do país.

³¹ Optou – se por utilizar as bases de dados de Maddison (2007) e Medeiros (2013) devido as diferentes metodologias de mensuração do PIB até 1980 e a dificuldade de compatibilização com os dados posteriores. Para maiores detalhes sobre as discrepâncias estatísticas, ver Maddison (2007).

TABELA 6 - Crescimento do PIB chinês, por setor, a preços de 2007

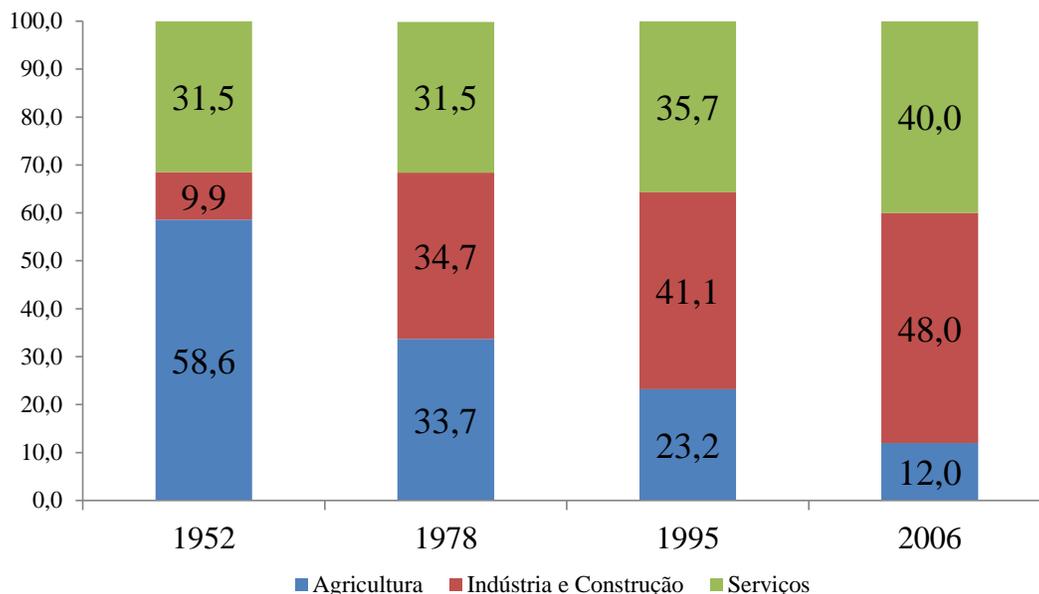
	1952 - 1978	1978 - 1995	1995 - 2007
Agricultura	2,2	5,1	3,9
Indústria	9,6	8,5	11,2
Construção	7,2	11,1	9,0
Transporte e Comunicação	6,0	10,0	10,3
Comércio e Restaurantes	3,3	9,9	10,2*
Outros Serviços	4,2	6,7	-
PIB	4,4	7,5	9,6
PIB per capita	2,3	6,0	8,2

Fonte: Maddison(2007) e Medeiros (2013)

* Serviços Totais

Entre o período de 1978 a 1995, o PIB cresceu 7,5% a.a e o PIB per capita expandiu 6,0% a.a. Em 1978, a indústria respondia por 34,7% do PIB, enquanto que a agricultura diminuiu de 58,6% para 33,7% no período. Com as reformas inicializadas em 1978, a indústria foi adquirindo caráter cada vez mais importante para a economia chinesa, alcançando 41,1% do PIB em 1995 contra apenas 23,2% de contribuição da agricultura. Em 2006, a indústria correspondia a 48% do PIB, enquanto a agricultura representava 12%, conforme o gráfico 4. A parcela dos serviços é pequena se comparada a países desenvolvidos ou a outros países em desenvolvimento.

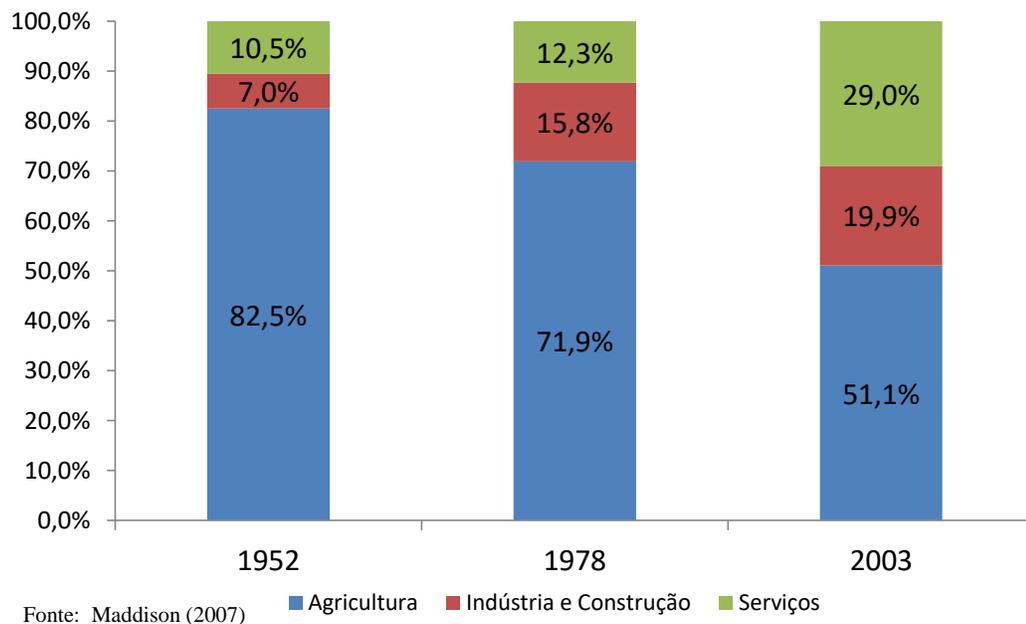
GRÁFICO 4 – Estrutura do PIB chinês, 1952 – 2006 (% do PIB a preços constantes)



Fonte: Medeiros (2013)

A participação de cada setor no nível de emprego também se alterou em direção a uma maior papel da indústria e dos serviços no período analisado. O destaque no mercado de trabalho foi o crescimento da parcela dos serviços: estes representavam 10,5% do trabalho em 1952, e em 2003, correspondiam a 29% da força de trabalho chinesa. Na indústria, a mão de obra empregada no setor era 7,0% do total em 1952 e aproximadamente 20,0% em 2003. Estes dados refletem o fato de o setor de serviços ser mais intensivo em trabalho e a indústria chinesa ser intensiva em capital. Não obstante, a China ainda vislumbra um significativo contingente empregado em sua agricultura. Pelo gráfico 5, observa-se que, em 1952, 82,5% da população empregada estava na agricultura, enquanto que em 1978 o setor representava 71,9% e em 2003 equivalia a 51,3%. (MADDISON, 2007).

GRÁFICO 5 – Estrutura do emprego chinês, por setor, 1952 – 2003 (% do total)



Cabe agora analisar mais detalhadamente as características das reformas. O processo de transição gradual chinês, como foi visto anteriormente, pode ser descrito por um sistema “*dual-track*”, com o fortalecimento do mercado paralelamente ao planejamento central pré-existente, no qual as forças de mercado ganhariam maior importância com o decorrer do tempo e à medida que as reformas fossem bem-sucedidas. Naughton (2007) destaca outro aspecto importante do “*dual-track*”, no qual coexistia dois mecanismos de coordenação (mercado e plano) e dois preços para a maioria dos bens: um estabelecido pelo Estado, tipicamente mais baixo, e outro de mercado, comumente mais elevado.

O processo de transição, teve duas etapas distintas, conforme Naughton (2007). A primeira fase ocorreu entre 1978 até aproximadamente 1993, na qual observou-se um caráter majoritariamente descentralizador, transferindo poderes e recursos do planejamento central para o nível local, enquanto que os interesses primordiais ainda se mantinham protegidos pelo governo – o que caracteriza a própria abordagem “*dual-track*”. Neste período, as forças de mercado começaram a se elevar e houve a diminuição de diversas barreiras à entrada de novas firmas. A segunda etapa foi marcada por uma maior necessidade de expansão do aparato institucional de suporte ao crescente mercado. As principais características de cada período, a serem ainda desenvolvidas, podem ser resumidas pela Tabela 7:

TABELA 7 - O contraste entre as reformas econômicas

1ª etapa: 1978 - 1992	2ª etapa: 1993 - 2010
Introdução do mercado onde for viável, com foco na agricultura e indústria	Fortalecer instituições de uma economia de mercado, com foco no setor financeiro e na regulação
Estratégia "Dual - Track"	Unificação do mercado e do "Dual - track"
Contratos particulares com grandes incentivos	Regras mais uniformes: competição mais acirrada
Competição criada pela entrada de novas firmas	Diminuição da participação do Estado nos setores
Não ocorre Privatizações	Começo das privatizações
Descentralização da autoridade e dos recursos	Rescentralização de recursos e controle macroeconômico
Inflação e escassez de recursos	Estabilidade dos preços e superávit de bens
"Reforma sem perdedores"	Reforma com perdedores

Fonte: Naughton (2007)

II.2.1 A primeira etapa – 1978 a 1993

As reformas foram inauguradas no campo em 1978, com o objetivo de amenizar os efeitos deletérios das comunas e do “Grande Salto a Frente”³² sob o desempenho agrícola nas décadas anteriores. Através do sistema “*dual-track*”, iniciou-se um rápido processo de liberalização da agricultura, que culminou na dissolução das comunas e no conseqüente retorno à agricultura

³² A política do Grande Salto a frente visava o desenvolvimento da indústria, porém, ao se desviar trabalho da agricultura para a indústria, resultou – se em uma taxa de mortalidade por fome. Para uma maior discussão sobre o desempenho agrícola no período das comunas e do “Grande Salto a Frente”, de acordo com esta corrente teórica, ver Naughton (2007) ou Maddison (2007).

familiar. Estas moradias rurais ainda tinham de atingir determinada cota de grãos conforme o planejamento centralizado, porém, o excedente produzido poderia ser transacionado no mercado. Além disso, o Estado diminuiu o controle sobre os preços agrícolas, o que fez com que estes se elevassem substancialmente. No entanto, a posse e distribuição das terras continuava sob o domínio estatal, no qual este ente concedia licenças de uso e exploração da terra de até 15 anos aos camponeses. (SACHS ET AL., 1997).

Naughton (2007) destaca a elevação da renda rural com o crescimento dos preços agrícolas e o aumento da produtividade no setor que possibilitou a expansão de atividades não-agrícolas no campo, impulsionando as EVMs, um componente importante e intrínseco da indústria rural chinesa. A expansão destas, por não configurarem inseridas no planejamento centralizado da economia, **elevou a concorrência** com as SOEs,³³ garantindo uma maior eficiência do mecanismo de mercado. As políticas na agricultura supracitadas promoverem um grande crescimento do excedente e da produtividade agrícola. Com o sucesso das reformas no campo e o vasto apoio da população rural, o Governo pôde continuar com reformas em outros setores.

Woo (1998) avalia desempenho do setor estatal versus o setor privado fora do planejamento central para constatação de que o setor privado, as EVMs e as diversas formas de organização empresarial surgidas na China cresceram de forma muito mais acelerada e produtiva que as SOEs no período. O autor atribui isto a uma maior adaptação das EVM aos mecanismos de mercado. As pequenas e médias SOE incorreram em grandes perdas financeiras, devido sobretudo a crescente concorrência, o que motivaria futuramente o processo de privatizações.

O setor de serviços, assim como a agricultura, foi comprimido no período pré-reforma que favoreceu a indústria. As restrições foram fortemente relaxadas a partir de 1978 e o setor cresceu de forma rápida, sobretudo no meio rural. O emprego no mesmo cresceu de 11 milhões em 1978 para aproximadamente 50 milhões em 2002 e o produto setorial se elevou em quase onze vezes no período de 1978 a 2003. Com o advento do setor de serviços, veio também uma expansão do bem-estar dos consumidores e do setor privado nestas atividades. (MADDISON, 2007).

³³ SOE condizem com empresas no qual o Governo Central é a autoridade máxima, respondendo pelas operações e pela disposição de ativos. As empresas que não são do Estado são aquelas que o Governo Central não tem poder sob a disposição dos ativos ou nas decisões empresariais. Dentro destas, tem – se as EVM, corporações privadas, *joint ventures*, cooperativas e negócios possuídos por indivíduos (pessoa física). Para maiores detalhes, ver Sachs (1997) ou Naughton (2007).

Naughton (2007) discorre ainda sobre outras características fundamentais desta primeira etapa de transição. Com o crescimento maior da economia, havia um compromisso de “crescer fora do plano”, que implicava numa diminuição da importância do Estado em prol do mercado. As companhias, para maximizar o lucro, possuíam incentivos para aumentar cada vez mais a produção, pois o excedente seria vendido a preços mais elevados. Além disso, procurou-se realizar reformas gerenciais e assinalar contratos de medição de desempenho com as SOEs para promover a adaptação destas à entrada de novas firmas. Com um maior mecanismo de mercado, houve uma facilitação da entrada de novos concorrentes, aumentando a concorrência, sobretudo no setor industrial outrora fortemente protegido. Em ciclos de desequilíbrio macroeconômico, a inflação se elevava e para o controle da mesma, utilizou-se o aumento da oferta de bens e a disponibilidade de poupança doméstica. No que diz respeito a este último componente, uma reforma gradual, com aumento da renda das famílias possibilitou elevação da poupança privada destas, e esta viria a financiar os investimentos e a evitar a subida da taxa de juros da economia.

Outra estratégia de desenvolvimento regional conforme a lógica do “*dual-track*” fora implementada para integrar a China gradualmente no comércio e nos sistemas financeiros globais: a criação de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) nas regiões costeiras em 1980. Nestas eram observadas diversas características para inicializar uma abertura externa, tais como: incentivos tributários, orientação para exportações, regulações mais flexíveis no mercado de trabalho com grande oferta de mão de obra barata e políticas voltadas para a atração de investimentos direto estrangeiro – sendo este último concentrada na segunda etapa das reformas, na década de 90. Com uma inserção gradual no cenário externo e particular de apenas algumas regiões, procurou-se incentivar as exportações através do acesso dessas firmas a insumos importados de maior qualidade e a venda destes bens produzidos internamente no mercado estrangeiro. Por sua vez, as importações ainda eram geralmente restritas, sobretudo a produtos para fins de industrialização. Nestas regiões, observou-se um grande crescimento econômico, o que motivou a demanda por outras províncias de benefícios semelhantes. (SACHS ET AL, 1997).

A criação das Zonas Econômicas especiais (ZEEs) objetivou uma maior integração chinesa com a economia global e correspondeu a um fator essencial para o crescimento chinês. Conforme Woo (1998), a partir das mesmas, a China conseguiu acesso a tecnologias e insumos de maior qualidade que antes lhe eram negados e o investimento direto estrangeiro proporcionou um intenso processo de transferências de tecnologias. No que remete aos investimentos diretos estrangeiros, em 1978, a China não tinha praticamente qualquer IDE. O influxo anual de IDE

creceu de \$3,5 bilhões em 1990 para \$60 bilhões em 2005, totalizando entre 1979 e 2005 mais de \$620 bilhões. (MADDISON, 2007).

O crescimento acelerado do PIB e da indústria chinesa entre 1952 e 1995 podem ser atribuídos ao processo de “*catching-up*” com a fronteira tecnológica, como defendido por Lin (2011,2013). Baseando-se na prerrogativa de “*latecomer advantage*”, ou seja, um país em “periférico” consegue acessar tecnologias e técnicas já desenvolvidas pelos países “centrais” a menores riscos e custos, e assim, tem maior facilidade para modernizar sua organização estrutural e parque tecnológico sem a necessidade de grandes montantes dispendidos em P&D e inovação num primeiro momento. É um desenvolvimento pela imitação: o “*latecomer*” consegue crescer a taxas anuais bem maiores do que os países na fronteira tecnológica até chegar ao ponto que começa a alcançá-los. Esta estratégia está intrinsecamente relacionada com as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

A massiva expansão da indústria e construção no período pré-reforma teve como sustentáculo as políticas do governo de incentivo aos preços e uma grande concentração dos investimentos, que aumentaram a produtividade relativa do trabalho nesse setor. Havia uma forte presença dos investimentos realizados pelas SOEs no período e um enfoque dado a indústria pesada, sobretudo para fins militares. No período pós-reforma, aliados à estratégia “*dual track*”, começam a surgir outros fatores impulsionando a indústria: os baixos salários e custos nas EVMs, os incentivos tributários nas ZEEs e o fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) oriundo das últimas. (MADDISON, 2007). Guicai e Lo (2006) evidenciam outro fator importante para o desenvolvimento industrial e do PIB no período: a transferência de trabalho menos habilidoso/qualificado e de um setor menos produtivo (a agricultura) para um setor mais dinâmico, a indústria. Assim sendo, a realocação do fator excedente para o setor mais produtivo proporciona ganhos para a economia.

Por fim, Naughton (2007) categoriza o processo de reforma, nesta primeira etapa, como um em que não houve perdedores. Os residentes rurais se beneficiaram do aumento dos preços agrícolas e da produção industrial no campo com as EVM. As disparidades entre o campo e a sociedade se contraíram neste período, em virtude do crescimento mais acelerado da renda rural, sobretudo de 1978 a 1984. Os moradores urbanos continuavam protegidos por empregos vitalícios e um sistema de seguridade social garantidos pela SOEs e poderiam explorar uma

maior gama de atividades econômicas liberalizadas, como restaurantes e oficinas de afazeres diversos. Não se observou nesse período uma tendência de perda para quaisquer dos grupos.

II.2.2 A segunda etapa – 1993 a 2010

Nesta etapa, as forças de mercado ganharam mais ímpeto. Para tal, observou-se o fim do sistema “*dual-track*”, uma tendência de recentralização das receitas fiscais do governo e políticas de austeridade fiscal. Com uma base macroeconômica mais sólida, o enfoque foi dado às reformas administrativas e à reestruturação dos sistemas financeiro, tributário e de governança corporativa. Além disso, no setor externo, a China conseguiu a aceitação na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, após um intenso processo de negociação. Dentre alguns resultados do período, cita-se a estabilização dos preços, a diminuição do papel do Estado como empreendedor através das privatizações e a emersão de uma reforma com perdedores (NAUGHTON, 2007).

O fim do sistema *dual track* significava que a economia de mercado estava bem estabelecida, o que se reflete, por exemplo, na unificação dos preços de mercado e do Plano previamente existentes. A reforma fiscal centralizadora neste período fora executada de modo a garantir receitas anteriormente concedidas às firmas na etapa de transição inicial para uma economia de mercado. Objetivava-se garantir maior receita para o governo central. Porém, as atribuições de despesas e responsabilidades entre governos regionais e central não foram claramente definidas. O aparato de seguridade social, educação e saúde ainda era prerrogativa dos governos locais, ou das SOEs, e este teve uma redução de seu fluxo de receitas, como destacado por Naughton (2007).

As políticas de austeridade do período implicavam numa menor concessão de crédito barato às SOEs e numa desaceleração da taxa de crescimento da oferta de moeda e dos preços. No setor bancário, há a promoção efetiva do *People's Bank of China* (PBC) como Banco Central e o estabelecimento de nove diretrizes provinciais, semelhante ao caso americano. Ainda no âmbito bancário, os bancos comerciais dirigidos pelo Estado enfrentavam maiores restrições orçamentárias. A entrada da China na OMC em 2001 levou à unificação e desvalorização da taxa de câmbio chinesa, implantação da conversibilidade em conta corrente e uma série de outras restrições associadas ao padrão internacional de comércio. O acesso da China à OMC representa

um passo importante para um maior grau de abertura externa e maior extensão de concorrência de firmas estrangeiras no mercado chinês. (NAUGHTON, 2007).

Aglietta e Bai (2014) realçam que, com o advento da competição de mercado e com menor acesso aos financiamentos pelos bancos estatais, as SOEs começaram a ser cada vez mais reestruturadas numa tentativa de incorrer em menores prejuízos. Dessa forma, o governo começou a adotar estratégias de privatização, sobretudo das pequenas e médias SOEs. Todavia, esta reforma teve um caráter extremamente prejudicial aos antigos trabalhadores das SOEs, pois estes tinham um emprego vitalício e um forte sistema de seguridade social amparado pelas mesmas. Desta forma, Naughton (2007), caracteriza as reformas desse período como possuidoras de perdedores.

As principais conquistas e contradições de cada etapa da reforma, conforme a tabela 8:

TABELA 8 - O balanço dos dois primeiros estágios da reforma

	Conquistas	Contradições
1ª etapa (1979 - 1992)	Sistema de Dual- Track na Agricultura: mercados/cotas planejadas e aumento da renda rural	Colapso do orçamento Governo
	Responsabilidade Comercial das firmas	Colusão de governos locais e SOE's
	Subsídios aos empregadores urbanos	Explosão de crédito direcionado e empréstimos; inflação e queda do salário real
2ª etapa (1993 - 2010)	Privatização da terra urbana e expansão das construções residenciais	Discriminação contra migrantes: salários de subsistência e HUKOU
	Crescimento voltado para as exportações, IDE e processamento do comércio	Transferências das famílias para SOE's via sistema financeiro
	Acumulação de Capital na Indústria Pesada	Altamente intensiva em energia e uso de carbono, danos ao meio ambiente
	Centralização dos Recursos Fiscais e Política monetária estabilizadora	Ampliação da desigualdade rural/urbana
	Privatização de pequenas SOE's	Corrupção generalizada
	Rápido crescimento do PIB e da renda real	Má alocação do capital

Fonte: Aglietta e Bai (2014)

Os autores ressaltam que a China conquistou em sua primeira etapa êxito no sistema *dual-track*, a introdução de mecanismos de mercado e subsídios aos empregados urbanos. Porém, o orçamento do Governo Central foi prejudicado devido à descentralização de recursos fiscais e com o grande montante de crédito direcionado às SOEs. Na segunda etapa, adensou-se o projeto

de uma economia de mercado, com privatização da terra urbana, expansão das construções residenciais e privatização de pequenas SOEs. Além disso, nesta segunda fase, intensificou-se a acumulação de capital, sobretudo na indústria pesada, promoveu-se as exportações e a entrada de IDE e ocorreu rápido crescimento do PIB e da renda real. No entanto, tal processo implicou numa grande concentração de renda através do hukou e da discriminação de migrantes, como mostrado pelo coeficiente de Gini no gráfico 1. Não obstante, a transformação causou danos extensivos ao meio ambiente, pois foi altamente intensiva em energia e no uso de carbono. Cita-se também a corrupção e a má alocação do capital como contradições desta fase.

II.3 Desaceleração e a Retomada do crescimento

De acordo com o Banco Mundial (2015), no médio prazo, a diminuição da taxa de crescimento da China, como apresentada pelo gráfico 2, é consistente com a transição que esta perpassa: de manufaturas para serviços, de investimento para consumo, de exportação para mercado interno.

Para o Banco Mundial (2015) e para o Diretório Geral Para Assuntos Econômicos e Financeiros (ECFIN) da Comissão Europeia (2011), a economia chinesa, na última década, sobreinvestiu sistematicamente, fazendo com que a economia não maximize o consumo per capita de Longo Prazo da “Regra de Ouro”. Assim, diminuiu-se a eficiência do capital e o bem-estar dos trabalhadores.

Aglietta e Bai (2014) sintetizam que as reformas do período anterior deixaram de legado distorções significativas nos preços dos fatores produtivos, como apresentado pela tabela 9:

TABELA 9 - Distorções nos preços dos fatores produtivos

	Natureza das Distorções	Causas	Consequências
Trabalho	Salários de migrantes urbanos > renda rural leva SOEs a capturar ganhos de produtividade	Superávit do trabalho rural; negação de direitos sociais a migrantes; ausência de contratos no setor privado	Diminuição da parcela dos salários; Aumento da desigualdade na renda; fraco poder de barganha e falta de capital humano
Capital	Taxa de juros base real < taxa de crescimento: custo do capital é baixo para SOEs e elevado para PME	Elevada taxa de investimento viesada para SOEs na indústria pesada	Estrutura produtiva distorcida: setor de serviços não-desenvolvido e poupança das famílias presa em depósitos com pouca rentabilidade
Terra Urbana	Mercado de terras polarizado: preços pequenos para a indústria e elevados para o setor imobiliário	Valor da terra capturado pelos governos locais para substituição das insuficientes receitas fiscais	Altos preços na compra de terras para moradias pelas classes baixa/média de renda
Terra Rural	Expropriação de fazendeiros; terras apreendidas por governos locais	-	Espalhamento urbano e freio para migração do campo à cidade
Energia	Extremamente subsidiada	Direitos de extração garantidos a baixíssimos custos	Intensidade energética de produção muito elevada
Carbono	Preço inexistente ou demasiadamente baixo	Externalidades pela degradação do meio ambiente	Poliuição; escassez de água e deterioração do solo

Fonte: Aglietta e Bai (2014)

Os autores compreendem que, no geral, o tratamento para todas estas distorções seria elevar a participação e alocação do mercado na economia chinesa. As distorções estão relacionadas à elevada interferência do governo na economia e repercutem diretamente na desaceleração da economia chinesa. Desta forma, as reformas a serem executadas nesta nova etapa visariam corrigir as mesmas.

Para retomar o crescimento, em suma, recomenda-se acelerar e fortalecer as reformas do lado da oferta e a promoção do mecanismo de mercado, como: reformas no setor financeiro (para melhor realocação de crédito, através de maior presença do mercado e do setor privado), no sistema de registro domiciliar, no mercado de trabalho e de terras (para estimular a realocação do excesso de trabalho da agricultura para outros setores), *upgrade industrial* (que corresponde a maiores salários e requer crescimento sustentado da produtividade através do aumento da taxa de inovação), maior abertura externa (a China ainda é integrada a uma pequena extensão das cadeias de oferta globais de alta tecnologia) e uma promoção do setor de serviços (intensivo em trabalho, com grande potencial sobre o consumo). Todas estas reformas do lado da oferta estariam de acordo com o processo intenso de urbanização chinesa. Além disso, cita-se a necessidade de reformas estruturais fiscais, uma modernização da governança e de um maior delineamento da burocracia e das leis. (BANCO MUNDIAL, 2015; ECFIN, 2011; OCDE, 2015). Adiante será exposto com maiores detalhes estas reformas.

Para promover um crescimento sustentável, focado no **mercado** e favorecendo a transição para o setor de serviços, a OCDE (2015) recomenda eliminar as garantias governamentais implícitas de que gozam as empresas estatais e reduzir a propriedade do estado no setor industrial e de serviços, de modo que todas as empresas **compitam** em condições equitativas em matéria de finanças, regulação, tributação e contratos públicos e tenha-se uma maior abertura setorial para o investimento privado. Além disso, estender a provisão de serviços públicos e cobertura de segurança social a todos os trabalhadores migrantes irá impulsionar o consumo.

Reformas educacionais são fundamentais para elevar a produtividade a taxa de inovação, e assim, promover o crescimento econômico. Dentre as reformas educacionais, o governo deve aumentar as despesas públicas em educação; garantir o acesso à educação para todas as crianças de migrantes ou não; avaliar mais as universidades sobre a qualidade da produção acadêmica e se estas estão alinhadas com as necessidades do mercado; promover a autonomia da pesquisa e a promoção baseada no mérito; e fortalecer os direitos de propriedade intelectual e patentes para atrair e reter pesquisadores de classe mundial. A inovação, por sua vez, só continuará a crescer se forem realizadas uma série de reformas, que incluem: maior participação do setor privado e do mercado na economia, aumento da competição; reformas nos mercados de fatores (terra, trabalho, capital); desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento verde, aprofundamento do capital humano, reforço da proteção intelectual e de patentes, e o aproveitamento das economias de aglomeração urbana para promoção de ideias e tecnologias. (BANCO MUNDIAL, 2015; OCDE, 2015).

O 13º plano quinquenal chinês, estipulado para os anos de 2016 a 2020, indicam a estratégia apresentada pelo governo em direção a um “novo normal chinês”. Aglietta e Bai (2016) sintetizam os caminhos e objetivos pelos quais a China perpassa: a transição para um regime puxado pela inovação (*innovation-led growth*) com promoção da TFP e do consumo doméstico; desenvolvimento espacial e inclusivo para integração campo-cidade e diminuição das disparidades existentes; estratégia de desenvolvimento verde com menor degradação ambiental; reformas financeiras e das SOEs e abertura da economia para atração de IDE e lançar empresas chinesas para competirem globalmente.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, foram discutidos diferentes modelos de crescimento e as interpretações do crescimento econômico chinês alinhadas às respectivas correntes teóricas..

Pode-se depreender diversas comparações entre o *mainstream* em contraposição à teoria do Supermultiplicador. Para o lado ortodoxo, o foco recai ao lado da oferta, com defesa da liberalização da economia e uma menor interferência estatal. O Estado deve apenas regular a economia, garantindo um bom arcabouço institucional, um ambiente favorável à produção, que tenha mecanismos legais de patentes e proteção aos direitos de propriedade. O crescimento econômico, medido pela taxa de crescimento do produto per capita, será determinado pela taxa de progresso tecnológico, e este é determinado em última instância pela taxa de inovação nestes modelos. Já para a corrente heterodoxa do Supermultiplicador, a ênfase é dada à demanda e ao *state-led growth*, ou seja, o estado tem papel ativo no crescimento econômico. Através de uma vasta gama de políticas – monetária, creditícia, fiscal, cambial, industrial, tecnológica – o governo pode incentivar indústrias e setores, promover políticas de substituição de importações, realizar políticas de transferências de renda e de gastos ativos. Para a teoria do Supermultiplicador, o crescimento econômico acontece devido a existência dos gastos autônomos à renda, sendo estes, majoritariamente, influenciados pelas políticas ativa do Estado em seus dispêndios.

Como foi visto, existem divergências a respeito dos fatores promotores do desenvolvimento chinês dentro do debate heterodoxo. Autores como Kotz e Zhu (2010), Levy Institute (2010) e Akyüz (2011) acreditam na existência do *export-led growth*, ressaltando a importância das exportações para o crescimento econômico. Porém, os defensores desta teoria percebem um limite para a sustentabilidade de tal modelo – oriunda principalmente do arrefecimento da demanda externa dos principais mercados chineses – e advogam a necessidade de transição para um modelo *consumption-led growth*, pois na China haveria subconsumo. Sob a ótica do modelo do supermultiplicador, as exportações constituem componente dos gastos autônomos (Z) e desta forma, estariam relacionadas à taxa de crescimento da economia, pois esta é determinada pela taxa de crescimento dos gastos autônomos. A proposição de retomada do crescimento que se baseia principalmente no aumento da renda disponível através de uma melhor distribuição de renda, na visão do supermultiplicador, contudo, teria um efeito permanente sobre o nível da renda, mas apenas efeito transitório sobre a taxa de crescimento.

Outros autores no debate heterodoxo discordam da ênfase nas exportações para explicar a promoção do crescimento da China, como Anderson (2007), Medeiros (2010, 2013), Gouveia (2012). De acordo com esta linha de raciocínio, a China não seria um *export-led growth* por diversas razões, como o baixo valor adicionado gerado pelas atividades exportadoras, vazamento do multiplicador para fora devido às importações e a significativa parcela de empresas estrangeiras no setor exportador chinês. Desta forma, esta vertente teórica destaca o papel do consumo e dos gastos do governo como motores do crescimento – relegando ao setor público importante papel no processo de desenvolvimento. Ademais, estes autores negam que na China há subconsumo – justificando a expansão do consumo dos bens duráveis tanto na China rural quanto no meio urbano e também pela massificação do consumo presenciada no país – e negam também o sobre-investimento que causaria excesso de capacidade ociosa, uma vez que os investimentos são majoritariamente em infraestrutura e não em capacidade produtiva.

De acordo com esta perspectiva, o governo pode sustentar a taxa de crescimento da economia através de suas despesas de consumo e investimento – fontes de gastos autônomos – e também pelos investimentos das empresas estatais. Medeiros, por exemplo, destaca a importância do investimento de empresas estatais realizado pelas SOEs. Além disso, o governo pode estimular a taxa de crescimento dos gastos autônomos, e conseqüentemente, da economia, por meio da concessão de crédito ao consumidor para financiar a aquisição de bens de consumo durável – outro componente de Z .

De acordo com a visão de Medeiros, o processo de urbanização irá requerer grandes investimentos em infraestrutura, e assim, haverá a elevação da taxa de crescimento dos gastos autônomos. Uma outra consequência do processo de urbanização seria sobre o nível de emprego gerado, tanto na construção, quanto na infraestrutura e no setor de serviços, e desta forma, incrementaria ainda mais a renda das famílias e o efeito nível proporcionado pelo Supermultiplicador.

Medeiros e Gouveia, porém, reforçam que o aumento da dependência chinesa à importação de alimentos, matérias-primas e energia seriam os principais obstáculos ao crescimento sustentado no atual modelo.

Por outro lado, o modelo do *mainstream* ortodoxo apresenta um grande alinhamento entre as proposições do modelo teórico de crescimento e as interpretações sobre os fatores que proporcionaram o intenso crescimento econômico vivenciado pela China e aqueles que estão provocando a desaceleração da taxa de crescimento do PIB.

Para esta corrente teórica, atribui-se o crescimento econômico majoritariamente ao aumento da participação do mercado na economia, a partir das reformas inicializadas em 1978. Há um forte consenso entre os economistas desta perspectiva. Com o processo de liberalização dos preços e das diversas restrições impostas pelo Estado chinês, teve-se um grande aumento da concorrência entre as firmas, o que garantiu maior eficiência e o aumento das produtividade dos fatores. Além disso, com a concorrência, teve-se incentivos à inovação. A abertura externa, além de potencializar o mecanismo concorrencial exposto acima, foi responsável por importante *catching up* tecnológico com a introdução de novas técnicas e de vultuosos montantes de IDE, através da utilização da estratégia de *latecomer advantage*. Os economistas ortodoxos também destacam a importância do dinamismo das exportações chinesas, sobretudo de bens manufaturados, neste processo de abertura e ampliação do comércio internacional. As políticas de estabilização macroeconômica garantiram a transmissão e canalização da poupança em investimento de forma mais eficiente, elevando o nível de renda e da renda per capita na China. A política ambiental e de uso dos recursos naturais deve objetivar inovações verdes e um uso mais eficiente de recursos para garantir que os mesmos se perpetuem, evitando escassez no longo prazo. Por sua vez, o acesso à educação básica fora fundamental para o processo de desenvolvimento via imitação numa primeira etapa e, à medida que a China se aproxima da fronteira tecnológica, cresce a necessidade de incrementar a inovação, via gastos em P&D e educação superior, como a China já vem realizando. Além disso, para esta corrente teórica, a melhora no ambiente institucional chinês – a infraestrutura social, o favorecimento ao aparato da lei, melhores estruturas de governança – sustenta o crescimento econômico.

No que concerne aos fatores que estariam levando ao novo normal e à desaceleração da taxa de crescimento, esta visão atribui à intervenção estatal os malefícios que estariam diminuindo a taxa de crescimento do PIB, pois estas causam demasiadas distorções na economia. Dentre as distorções, citam-se as interferências nos mercados de fatores, as restrições demográficas impostas pelo hukou, a política de crédito barato as SOEs e de favorecimentos diversos às mesmas, os subsídios aos preços de energia e carbono e o subdesenvolvido sistema

financeiro chinês. Estas distorções atrapalham o mecanismo de livre mercado e a alocação adequada dos recursos disponíveis. A elevada taxa de poupança chinesa estaria, de fato, travando o consumo na China – como advogado pela tese heterodoxa do subconsumo. Para os ortodoxos, o consumo relaciona-se com o bem-estar das famílias, e a taxa de poupança estaria acima do nível da “Regra de Ouro de Acumulação do Capital”, de modo que o bem-estar das famílias fora comprimido e os recursos estariam sendo mal alocados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, P. & HOWITT, P. “*The Economics of Growth*” The MIT Press Cambridge, Massachusetts; London, England, 2009.

AGLIETTA, M.; BAI, G. “*China’s Roadmap to Harmonious Society*”, CEPII – Policy Brief No 3 – May, 2014.

AGLIETTA, M.; BAI, G. “*China’s 13th Five-Year Plan: In Pursuit of a ‘Moderately Prosperous Society’*”, CEPII – Policy Brief No 12 – September, 2016.

AKYÜZ, Y. “*Export Dependence and Sustainability of Growth in China*”. *China & World Economy* / 1 – 23, Vol. 19, No. 1, 2011

ANDERSON, Jonathan. “*Is China Export-Led?*” UBS Investment Research, Set/2007.

BANCO MUNDIAL, “*China Economic Update*”, Junho 2015.

CASSIOLATO, J. E; PODCAMENI, M. G. B. “*As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China*”. In: ***China em transformação: Dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento***. IPEA, 2015.

CHEN, J.; JING, J.; MAN, Y.; YANG, Z. “*Public Housing in Mainland China: History, Ongoing Trends, and Future Perspectives*” In: ***The Future of Public Housing: Ongoing Trends in the East and the West***, p. 13-35, 2013.

COSTA, J. M. “*Teorias de Crescimento Econômico: Um Estudo Comparado*”, 2007. 119 f Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Nacional Paulista (UNESP), Araraquara. 2007.

CUNHA, A. T. “*O Desafio Chinês De Estimular o Consumo Doméstico Como Resposta À Crise*”. In: ***Revista de Estudos Internacionais*** (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 3 (1), 2012.

DIRETÓRIO GERAL PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS (ECFIN), COMISSÃO EUROPEIA, “*ECFIN Economic Brief, Reshaping the Chinese growth model – a formidable challenge of the 12th five-year plan*”, Issue 12 , February 2011

FREITAS, F. & DWECK, E. “*The Pattern of Economic Growth of the Brazilian Economy 1970–2005: A Demand-Led Growth Perspective*”, 2013

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, *World Economic Outlook Database*, disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx> (Acessado em 31 de Dezembro de 2017).

GOUVEIA, E. M. “*Salários Industriais, Acumulação De Capital e Exportações na China*”, 2012. 190 f Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2012

JONES, C. & VOLLRATH, D. “*Introduction to Economic Growth*”, Third Edition, 2013.

KOTZ, D. M. & ZHU, A. “*The Dependence of China’s Economic Growth on Exports and Investment*”. *Review of Radical Political Economics*, Vol. XX, n.10, Out 2010.

LAZZARI, M. R. (2005). “*Investimento direto estrangeiro e inserção externa na china, nos anos 90*”, *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 169-204.

LEVY ECONOMICS INSTITUTE OF BARD COLLEGE, “*Why Has China Succeeded—And Why It Will Continue To Do So*”, Working Paper No. 611, 2010.

LI, M. “*The Coming Global Economic Turmoil: US, China, Global Financial Imbalances, and Peak Oil*”. *Paper presented at the second annual conference of the International Forum on the Comparative Political Economy of Globalization*. Beijing, Renmin University of China, Set 2006.

LIN, J. Y. “*China and The Global Economy*”, *China Economic Journal*. World Bank. Washington D.C., USA. 2011. pp. 1 -16, 2011.

LIN, J. Y., “*Demystifying the Chinese Economy*”, *The Australian Economic Review*, vol. 46, no. 3, pp. 259–68, 2013.

LO, D. & GUICAI, L. “*China’s economic growth, 1978-2005: Structural change and institutional attributes*”. *Paper presented at the second annual conference of the International Forum on the Comparative Political Economy of Globalization*. Beijing, Renmin University of China, Set 2006

LUCAS, R. “*On the Mechanics of Economic Development.*” *Journal of Monetary Economics* 22 (July 1988): 3–42.

MADDISON, A. “*Chinese economic performance in the long run*”, OCDE, 2007.

MAGGU, A. “*How should China transition to a Consumption driven economy?*”, CRISIL – Young Thought Leader ,2012

MEDEIROS, C. “*Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China*”, Revista de Economia e Política, 1999.

MEDEIROS, C. “*O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios*”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, n.3, Jun 2010.

MEDEIROS, C. “*Padrões de Investimento, mudança institucional e transformação estrutural da economia chinesa.*” In: **Padrões de Desenvolvimento Economico, CGEE, cap 09, 2013.**

NAUGHTON, B. “*The Chinese Economy: Transitions and Growth*”. Cambridge, MA, MIT Press, 2007

NOGUEIRA, I.”*Do legado maoísta à economia política das reformas: as bases do desenvolvimento recente chinês*”, in: **Desenvolvimento econômico, pobreza e distribuição de renda na China contemporânea, 2011.**

NOGUEIRA, I. “*Políticas de Fomento à Ascensão da China Nas Cadeias De Valor Globais*”, in: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento, 2015.**

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) , *Gross domestic spending on R&D* (indicator). doi: 10.1787/d8b068b4-en (Accessed on 19 December 2017)

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), “*OECD Economic Surveys CHINA*”, Março 2015

ROMER, P. “*Increasing Returns and Long-Run Growth.*” *Journal of Political Economy* 94 (October 1986): 1002–37.

SACHS, J. & WOO, W.T. “*Understanding China's Economic Performance,*” National Bureau of Economic Research Working Paper No. 5935, 1997

SANDER, A. & SCHMITT, C. & KUHNLE, S. “*Towards A Chinese Welfare State? Tagging The Concept Of Social Security In China*”, *The Perspective of the World Review*, v. 4 , n. 2, Aug. 2012

SERRANO, F & CESARATTO, S. “*As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana*”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n.2, p 699 – 730, 2002.

SERRANO, F. & FREITAS, F. & BHERING, G. “*The Trouble with Harrod: the fundamental instability of the warranted rate in the light of the Sraffian Supermultiplier*”. *Textos para Discussão*, TD018, 2017

SERRANO, F. & FREITAS, F.. “*The Sraffian supermultiplier as an alternative closure for heterodox growth theory*”, in: **European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention**, Advance Access First published online: October 2016.

SERRANO, F “*Garegnani’s Svimez Report, Development Economics and the Role of Government Spending in Long Run Growth*”, (forthcoming, 2017).

SUEYOSHI, A. “*An Empirical and Theoretical Literature Review on Endogenous Growth in Latin American Economies*”, 2010.

SOLOW, R. “*A Contribution to the Theory of Economic Growth.*” *Quarterly Journal of Economics* 70 (February 1956): 65–94.

WOO, W.T. “*Chinese economic growth: sources and prospects*”. In: FOUQUIN, M.; LEMOINE, F. (ed.). *London: The Chinese Economy*, Economica, 1998.